



ENSINO MÉDIO INTEGRAL
RECOMENDAÇÕES DE ENSINO MÉDIO
INTEGRAL PARA OS GOVERNOS
FEDERAL E ESTADUAIS

NOVEMBRO DE 2022



instituto
natura



Instituto
Sonho
Grande





ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	03
1. INTRODUÇÃO	06
1.1 Escopo do documento	06
1.2 Importância do tema	08
2. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL	15
2.1 Desafios do Ensino Médio no Brasil	15
2.2 O Ensino Integral e o Ensino Médio no Plano Nacional de Educação	21
2.3 As políticas públicas recentes para o avanço do EMI	25
3. INSPIRAÇÃO E CAMINHOS	33
3.1 Políticas e soluções já implementadas em outros países	33
3.2 Políticas e soluções já implementadas no Brasil	35
4. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	42
4.1 Identificação dos objetivos e resultados esperados	42
4.2 Qual a concepção ideal do EMI?	43
4.3 Recomendações	47
Recomendações ao governo federal	49
Recomendações aos governos estaduais	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	75





APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do país.

Sobre o Instituto Natura

Somos uma organização sem fins lucrativos, que atua em conjunto com diferentes setores da sociedade para transformar a Educação, sempre em busca de garantir aprendizagem de qualidade para todas as crianças e jovens.

Começamos no Brasil, mas, entre os anos de 2020 e 2021, expandimos para mais cinco países da América Latina: Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru. Em todos esses países, iremos atuar com modelo similar ao do Brasil e todos terão sedes independentes.

Durante os nossos 12 anos de existência, amadurecemos e compreendemos que é necessário transformar a Educação de forma colaborativa, grandiosa e sistêmica. Por isso, de acordo com os contextos e as necessidades de cada localidade em que estamos



presentes, nossa forma de atuação global segue três grandes pilares:

- ✓ Apoiar a implementação de políticas públicas de Educação, por meio da alfabetização na Idade Certa e do Ensino Médio Integral;
- ✓ Impulsionar a articulação de agendas prioritárias da Educação;
- ✓ Promover a Educação e a mobilização para as Consultoras de Beleza Natura.

Sobre o Instituto Sonho Grande

O Instituto Sonho Grande é uma organização sem fins lucrativos e apartidária que trabalha em colaboração com estados e terceiro setor para a melhoria da qualidade do ensino das redes públicas. Desde 2015, a instituição apoia a expansão do Ensino Médio Integral e avalia os resultados do modelo na aprendizagem dos jovens e na redução das desigualdades socioeconômicas do país.



EXPEDIENTE

Elaboração

Todos Pela Educação

Priscila Cruz

Presidente-executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-executivo

Gabriel Corrêa (Coordenação)

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de

Políticas Educacionais

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tiemy Akamine

Líder de Comunicação
e Mobilização

Bruna Rodrigues

Analista de Comunicação

Instituto Natura

David Saad

Diretor-presidente

Maria Mulé Slemenson

Gerente Sênior de Políticas
Educacionais

Carolina Ilídia Faria

Gerente de Políticas Públicas para
Ensino Médio

Anita Gea Martinez Stefani

Gerente de Articulação das Agendas
Prioritárias da Educação

Yuri Oliveira

Coordenador de Políticas Públicas para
Ensino Médio

Haline Floriano

Analista de Articulação das Agendas
Prioritárias da Educação

Instituto Sonho Grande

Ana Paula Pereira

CEO

Ludmila Serpa

Diretora de Operações

Marina Andrade

Gerente de Relações Públicas

Thais Nascimento Dantas

Coordenadora de Relações
Governamentais

**Especialistas que
colaboraram, em
caráter consultivo,
com a construção deste
documento:**

Andressa Buss Rocha

Leonardo Rosa

Raph Gomes

Consultor externo

Matheus Assunção



1. INTRODUÇÃO

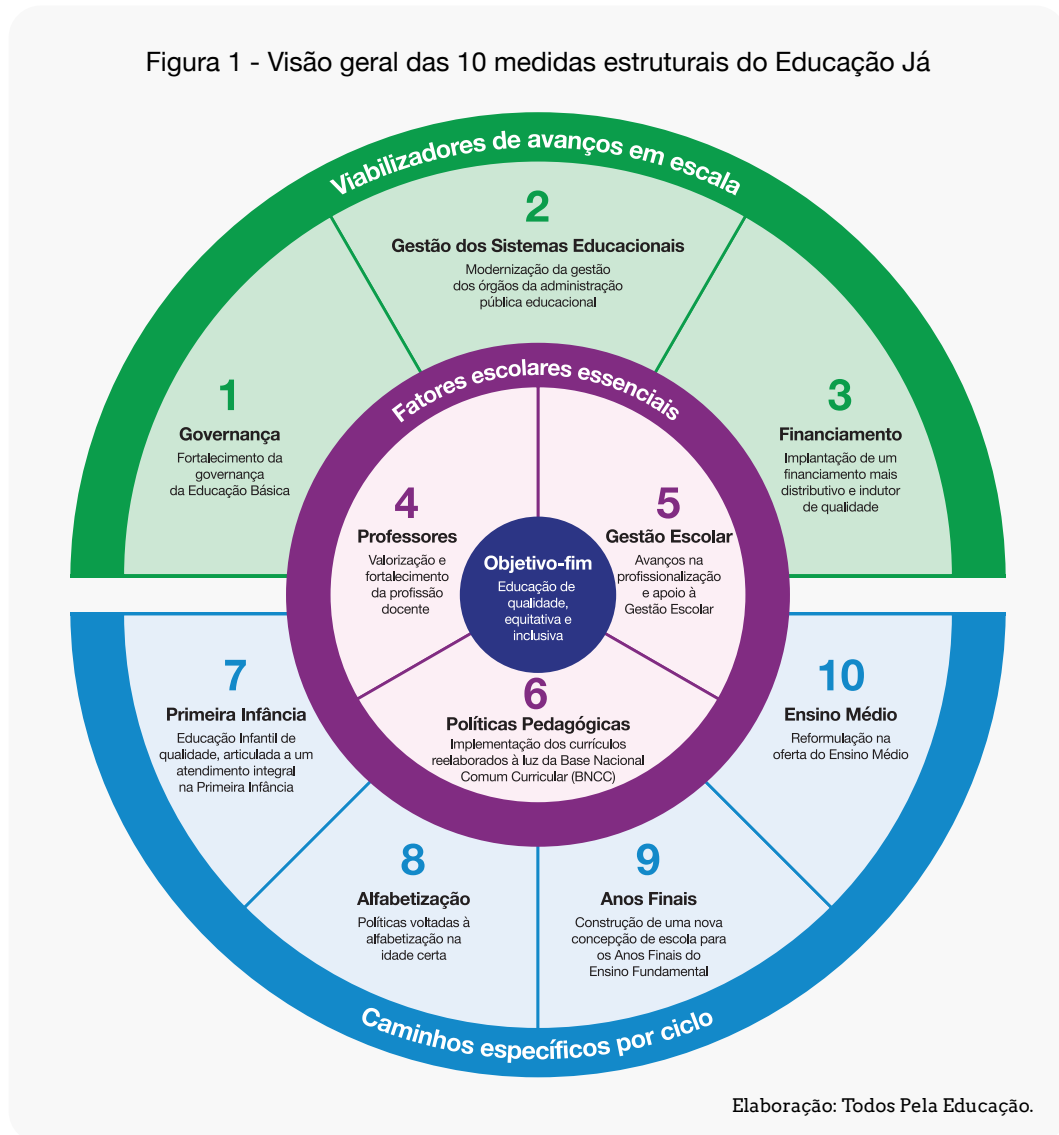
1.1 Escopo do documento

Este documento apresenta, à luz do atual contexto do país, e tendo em vista as eleições de 2022, recomendações para a elaboração de políticas públicas de expansão de escolas de Ensino Médio Integral (EMI). Esse modelo pedagógico permite que os estudantes brasileiros tenham experiências no Ensino Médio mais significativas, centradas no protagonismo juvenil e nos projetos de vida dos jovens, possibilitando um desenvolvimento integral dos alunos. O EMI também é uma importante estratégia de apoio e indução da reformulação do Ensino Médio a partir de uma nova estrutura curricular, o chamado Novo Ensino Médio.

As propostas aqui presentes são desdobramentos das recomendações elencadas no documento “Educação Já 2022 – contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira”¹, visando apoiar as próximas gestões federal e estaduais. O tema do Ensino Médio Integral é um dos eixos da proposta de reformulação da oferta do Ensino Médio, tratado como uma das medidas estruturais do Educação Já, como mostra a Figura 1.

¹ O Todos Pela Educação elaborou em 2022, um documento com contribuições para a elaboração de uma agenda sistêmica para a Educação Básica brasileira nas próximas gestões federal e estaduais. Esse documento está disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todospelaeducacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

Figura 1 - Visão geral das 10 medidas estruturais do Educação Já



Esse documento sobre o EMI foi construído a partir de análises de dados da Educação brasileira, de evidências sobre os resultados das políticas de EMI já implementadas no Brasil, de experiências de outros países, de consultas a especialistas na temática e de estudos sobre a política citados nas Referências bibliográficas.

Esse material estrutura-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresenta-se o escopo do material e a importância da temática do Ensino Médio integral para uma Educação de qualidade. No segundo capítulo, aborda-se, de forma breve, o contexto e o diagnóstico do Ensino Médio no Brasil e, em particular, do Ensino



Médio Integral. Além disso, ainda no segundo capítulo, apresenta-se as principais políticas de EMI que vêm sendo implementadas nos últimos anos. E no terceiro capítulo, são apresentadas políticas educacionais exitosas, nacionais e internacionais, que podem inspirar os caminhos e trajetórias das redes estaduais e do governo federal para avançar na implementação do Ensino Médio Integral. Por fim, o quarto e último capítulo traz recomendações para que os estados e o governo federal avancem na implementação dessa política de forma a garantir a ampliação da oferta com qualidade do EMI.

1.2 Importância do tema

O Ensino Médio é uma etapa fundamental na formação dos jovens e contribui para que sejam capazes de exercer sua cidadania e buscarem ativamente realizar seus projetos de vida. Além de ser uma fase importante de transição entre a adolescência e a vida adulta, o Ensino Médio também marca o encerramento da trajetória escolar dos estudantes e a entrada no Ensino Superior² ou no mundo do trabalho.

No Brasil, o Ensino Médio enfrenta vários desafios, que serão detalhados ao longo deste documento. Dois deles, entretanto, se destacam. Em primeiro lugar, os resultados educacionais alarmantes (especialmente nos indicadores de aprendizagem), apesar dos avanços nas últimas décadas em relação ao atendimento escolar e a permanência dos jovens na escola. Além do Brasil estar no grupo dos países com pior desempenho em avaliações

² No Brasil, apenas 24% dos jovens de 18 a 24 anos estão no Ensino Superior. Fonte: IBGE/Pnad Contínua 2020.



internacionais de aprendizagem³, nas avaliações nacionais, o Ensino Médio é a etapa que apresenta os piores resultados⁴. Em segundo lugar, as escolas dessa etapa, de forma geral, têm pouca conexão com os interesses das juventudes, com o mundo do trabalho e com a realidade na qual os jovens estão inseridos.

Para piorar, o longo período de fechamento das escolas por conta da pandemia agravou problemas que já existiam na Educação Básica, especialmente os baixos níveis de aprendizagem, e trouxe novos desafios para a Educação brasileira. Apesar dos esforços das redes de ensino, a oferta do ensino remoto foi prejudicada pela falta de experiência prévia com o modelo na Educação Básica, além de problemas estruturais de acesso a meios tecnológicos (um em cada cinco estudantes do Ensino Médio na rede pública ficaram completamente sem atendimento escolar durante o período de interrupção das aulas presenciais⁵). Esse processo resultou em desengajamento dos estudantes com as atividades escolares, aumento das lacunas de aprendizagem⁶ e ampliações das desigualdades educacionais.

Além do aprendizado perdido durante o tempo que ficaram afastados da escola ou recebendo uma Educação com qualidade

³ Por exemplo, no PISA (Programme for International Student Assessment), uma avaliação internacional que oferece informações sobre o desempenho dos estudantes de 15 anos, o Brasil obteve o 57º melhor resultado em Leitura entre os 77 países avaliados. O PISA é realizado a cada três anos pela OCDE e avalia as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências.

⁴ De cada 100 alunos que concluem o Ensino Médio no Brasil, apenas 37,1% têm aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 10,3% em Matemática. Fonte: MEC/Inep/Daeb - Microdados do Saeb 2019.

⁵ INESC. Um em cada cinco alunos do Ensino Médio na rede pública ficou sem aulas na pandemia, dez. 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/um-em-cada-5-alunos-do-ensino-medio-na-rede-publica-ficou-sem-aulas-na-pandemia/>. Acesso em: 27 out. 2022.

⁶ Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-evasao-covid19.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.



inferior por meios remotos, também há, especialmente para o Ensino Médio, o risco de desconexão do estudante com a escola e ingresso no mercado de trabalho, aumentando os índices de abandono e evasão. Em 2020, a taxa de abandono escolar foi de 2,3% e em 2021 passou para 5,6%, um aumento relevante no período.⁷

Diante desse cenário, a expansão das escolas em tempo integral é um imperativo para a superação de diversos desafios que foram aprofundados pela pandemia. O aumento da carga horária deve ser visto como forma de viabilizar um modelo pedagógico de fato voltado para o desenvolvimento integral dos estudantes. O EMI também é um importante elemento indutor das transformações pelas quais passa o Ensino Médio como um todo, com a nova Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio. Ele é um modelo capaz de contemplar, com êxito, as mudanças previstas em lei e abarcar outros elementos cruciais para o salto de qualidade que a etapa precisa.

Pesquisas nacionais e internacionais demonstram que o Ensino Médio Integral pode melhorar a progressão e a aprendizagem na escola, aumentar o acesso ao Ensino Superior, melhorar as perspectivas salariais dos jovens, levar a melhores decisões de planejamento familiar, diminuir desigualdades de gênero e raça e até reduzir a violência.

Os estudantes das escolas de EMI abandonam ou evadem da escola menos que os estudantes das escolas regulares. Em 2019, o indicador de rendimento, uma das dimensões do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi de 0,88 para as escolas de tempo parcial e de 0,94 para as escolas de ensino

⁷ Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (2021), Inep/MEC.



integral⁸. Esses resultados também tendem a melhorar com o tempo. Em análises do Instituto Sonho Grande com as escolas de Pernambuco, a evasão nas escolas de EMI caiu 13 pontos percentuais a mais que nas escolas de tempo parcial em cinco anos, totalizando uma redução de 33%.

Nas escolas de EMI, os estudantes também aprendem mais. Em estudo realizado na rede de Escolas de Ensino Médio Integral de Santa Catarina, o Instituto Ayrton Senna encontrou um efeito de 16 pontos a mais em Matemática e 8,5 em Língua Portuguesa dos estudantes das escolas integrais na avaliação estadual. Também foi observado maior desenvolvimento em competências socioemocionais como responsabilidade, autoconfiança e assertividade⁹.

Outros estudos realizados na rede estadual de Pernambuco encontraram resultados semelhantes. Rosa *et al.* (2022) avaliaram as escolas integrais do estado e observaram melhorias nos resultados dos estudantes de escolas de tempo integral nas avaliações estaduais, equivalentes a 13 pontos em Português e 20 pontos em Matemática. (ARAÚJO *et al* 2020) também avaliaram o programa de ensino integral no estado e encontraram efeitos positivos significativos nas notas do Enem, especialmente quando as horas complementares são dedicadas a atividades acadêmicas.¹⁰

⁸ Utilizamos o Ideb 2019 para a comparação, pois os efeitos da pandemia no Ideb 2021 podem distorcer a análise. Os estados lidaram de formas distintas com aprovação, o que pode alterar significativamente as taxas utilizadas como indicador de rendimento. Há mais informações na nota técnica publicado pelo Todos Pela Educação disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/09/nota-tecnica-divulgacao-saeb-e-ideb-2021-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁹ Estimativas preliminares do Insper e Instituto Ayrton Senna, 2020.

¹⁰ Os impactos são de 0,10 a 0,148 desvios-padrão em geral e aumentam para 0,182 a 0,316 desvios-padrão com as atividades complementares.



Os resultados, entretanto, vão além da permanência e aprendizagem na escola. Estudo com egressos do Ensino Médio Integral¹¹ constatou outros benefícios de longo prazo. Há probabilidades maiores de estudantes do integral ingressarem no ensino superior em relação aos estudantes de escolas regulares (17 pontos percentuais (p.p.)), além de terem maior salário mensal (18 p.p.) e trabalharem em setores de alta qualificação. Adicionalmente, verificou-se que o ensino integral foi capaz de zerar a diferença salarial (13 p.p.) entre egressos negros e brancos, bem como de ampliar a chance (8 p.p.) de ingresso de mulheres no mercado de trabalho. A pesquisa também indica efeitos em relação ao planejamento familiar. Enquanto 29% dos egressos do tempo parcial tinham filhos e 25% estavam casados à época da pesquisa, esses números eram respectivamente de 19% e 18% para os egressos do EMI.¹²

Ao fornecer aos estudantes uma Educação de maior qualidade no Ensino Médio, o EMI pode ter impactos importantes. Com base na construção de um índice de qualidade da Educação Básica que leva em consideração a progressão do Ensino Fundamental ao Ensino Médio e os resultados obtidos no Enem, os pesquisadores Menezes-Filho e Salomão (2022) encontram um impacto de 14% no aumento de matrículas no Ensino Superior e de 200% na geração

¹¹ INSTITUTO Sonho Grande. Mais Integral, mais Oportunidades. Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco, Pernambuco, 2019. A amostra consistiu em 2.814 respondentes, sendo 1.655 egressos de escolas parciais, 787 egressos de escolas integrais e 372 egressos de escolas em fase de conversão. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

¹² Essas diferenças têm um importante componente etário. Enquanto antes dos 27, menos estudantes do ensino integral eram casados e tinham filhos em relação ao tempo parcial, essa diferença se inverte após essa idade.



de empregos para cada ponto a mais no índice de qualidade.¹³

O Ensino Integral também tem efeitos positivos na redução da violência. Em um país como o Brasil, onde 30.873 vidas de jovens entre 15 e 29 anos foram perdidas apenas em 2018, isso é de fundamental importância. Rosa, Bruce e Sarellas (2022)¹⁴, avaliam a implementação das Escolas de Ensino Médio Integral no estado de Pernambuco e encontram uma redução de 40% na taxa média de homicídios de homens jovens de 15 a 19 anos. O estudo também identificou uma redução de 50% nos homicídios de Pernambuco quando comparado aos estados vizinhos. Os efeitos são graduais e crescentes, nos quatro primeiros anos depois da entrada da escola de tempo integral no município, a taxa de homicídio cai aproximadamente 7 p.p. Entre o quinto e o oitavo anos de implementação da política, a taxa de homicídio cai aproximadamente 16 p.p. Entre o nono e o décimo segundo anos de implementação da política, a taxa de homicídio cai aproximadamente 21 p.p.

Tal resultado é reforçado por estudo realizado pelo Instituto Sonho Grande, com os dados dos questionários de gestores e professores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que observou que há uma redução de 7,2% a 8,6% no índice de percepção de violência geral, e entre 11,8% e 13,5% no índice de

¹³ MENEZES-FILHO, N.; SALOMÃO, L. Um novo índice de qualidade da Educação Básica e seus efeitos sobre os homicídios, Educação e emprego dos jovens brasileiros. In: Inspere / Policy Paper n. 66, fev. 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/policy-paper-natura-final.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

¹⁴ ROSA, L.; BRUCE, R.; SARELLAS, N. Efeitos da escola de tempo integral em homicídios: o caso do programa de Ensino Médio Integral em Pernambuco. Instituto Natura, 2022. Disponível em: https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2022/07/Estudo-Homici%CC%81dios-e-EMI_Policy-Paper.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.



percepção de violência velada nas Escolas Integrais¹⁵. O estudo, inclusive, ressalta que mais importante do que a expansão da carga horária é a forma como esse tempo adicional é utilizado. Uma escola que promova a aprendizagem com foco no desenvolvimento socioemocional, melhoria do clima escolar entre estudantes, professores e equipes gestoras tende a diminuir a chance de envolvimento dos jovens em atividades violentas.¹⁶

O EMI, portanto, apresenta-se como uma efetiva alavanca para a melhoria dos resultados educacionais e maior conexão do jovem com a escola. Para isso, a Educação oferecida deve seguir um modelo pedagógico adaptado às competências do século XXI, atento ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, e aos anseios dos jovens. O Ensino Médio Integral, assim, deve ser fortalecido por meio de políticas públicas estaduais e nacionais, a fim de superar os desafios educacionais ampliados pela pandemia e assegurar o desenvolvimento pleno de jovens, garantindo o ingresso no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania.

¹⁵ Por violência explícita, entende-se o uso de violência física, que inclui agressão, roubo ou atentados à vida. Considera-se violência velada o abuso psicológico e fatores de risco comumente associados à violência, como a disponibilidade de drogas e armas (BUVINIC; MORRISON; SHIFTER, 1999). A violência geral inclui tanto a velada quanto a explícita.

¹⁶ Instituto Sonho Grande. Percepção da violência no ambiente escolar: análise das escolas integrais e regulares. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-violencia-escolar.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.



2. CONTEXTO E DIAGNÓSTICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O presente capítulo apresenta uma descrição do contexto do Ensino Médio no Brasil e as políticas públicas que vêm sendo feitas em busca de superar os desafios dessa etapa. A primeira seção descreve o contexto em três partes: primeiro trata dos desafios do Ensino Médio, em seguida apresenta o Ensino Médio Integral como política pública e sua participação no Plano Nacional de Educação. Por fim, apresenta políticas recentes que buscam vencer esses desafios, com destaque para as políticas de Ensino Integral.

2.1 Desafios do Ensino Médio no Brasil

Até muito recentemente o Ensino Médio não era uma etapa obrigatória da Educação Básica no Brasil. A Constituição de 1988 trazia em seu art. 208 apenas o Ensino Fundamental como obrigatório e gratuito¹⁷. Isso mudou com a Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que incluiu a Educação Infantil (pré-escola) e o Ensino Médio como etapas obrigatórias¹⁸ de provisão garantida pelo

¹⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2022.

¹⁸ A redação da Constituição fala inicialmente em “II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (sem mencionar obrigatoriedade, apenas citada para o Ensino Fundamental (no inciso anterior do art. 208.). Com a Emenda Constitucional nº 14, de 1996, o texto muda para “II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”, sem portanto mencionar ainda a obrigatoriedade. É apenas com a Emenda Constitucional nº 59 de 2009 que estende-se a Educação obrigatória e gratuita ao Ensino Médio.



Estado, colocando a “Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade¹⁹”.

A mudança de paradigma trouxe consigo um grande desafio relativo ao acesso, uma vez que em 2009 a oferta do Ensino Médio ainda não era universalizada, com cerca de 15% dos estudantes de 15 a 17 anos (faixa etária corresponde à idade adequada para cursar essa etapa) fora da escola. Além do mais, apenas 50,9% da população nessa idade estava matriculada no nível correto (taxa líquida de matrículas²⁰), valor que caía para 39,2% na Região Nordeste e 39,1% na Região Norte²¹.

Desde então, houve um grande avanço em direção à universalização do Ensino Médio, com 95,3% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentando a escola e 74,5% matriculados na etapa certa²² em 2021. Ainda que os indicadores de acesso tenham apresentado uma melhoria consistente, permanecem grandes desafios, como, por exemplo, os 400 mil alunos de 15 a 17 anos que estão fora da escola. De acordo com dados da OCDE, até 2019, apenas 57% dos adultos brasileiros entre 25 e 64 anos possuíam Ensino Médio completo, em comparação com 80,4% na média dos países da OCDE²³.

¹⁹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Emenda Constitucional n° 59, de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

²⁰ A taxa líquida de matrícula identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular teoricamente adequado a essa faixa etária. Diferencia-se da taxa bruta de matrícula que compara o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a esse nível de ensino.

²¹ IBGE: Síntese de Indicadores Sociais - uma análise das condições de vida, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

²² Observatório do PNE, Objetivos da Meta 3. PNAD Contínua, 2020. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/meta/ensino-medio>. Acesso em: 27 out. 2022.

²³ OECD. Adult education level. Disponível em: <https://data.oecd.org/eduatt/adult-education-level.htm>. Acesso em: 27 out. 2022



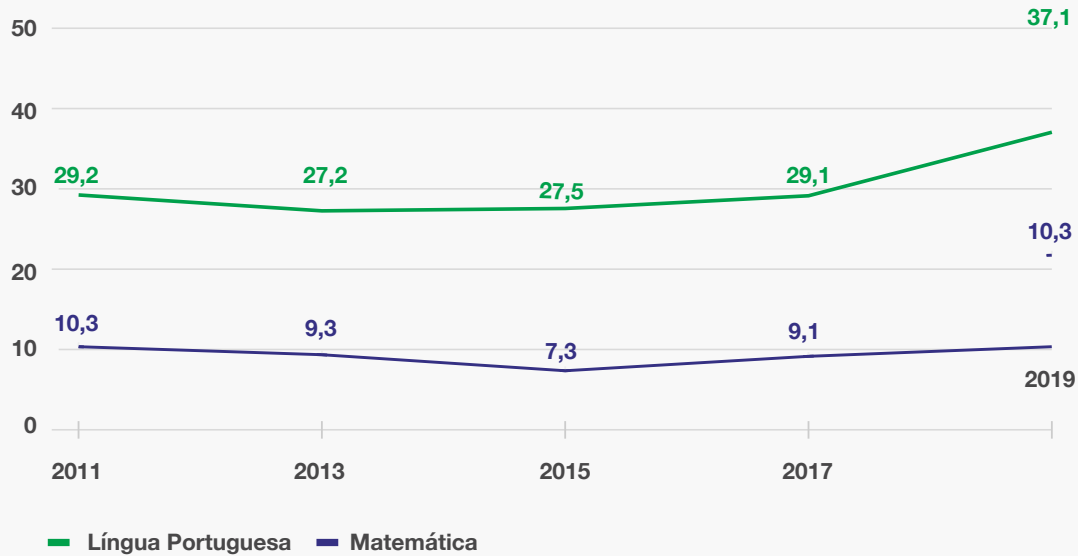
A garantia de que os estudantes estejam matriculados é apenas o passo inicial para uma Educação de qualidade; em seguida, é necessário que os estudantes tenham uma trajetória adequada entre as séries durante a escola. No Brasil, isso, muitas vezes, não acontece. Ainda que tenha havido progresso nos últimos anos, o Ensino Médio continua sendo uma etapa com desafios particularmente graves em relação à permanência e progressão na escola, com 4,2% de reprovação e 5,0% de abandono no Ensino Médio em 2021, contra 2,0% e 1,2%, respectivamente, no Ensino Fundamental²⁴ no mesmo ano.

Para além dos indicadores de acesso e trajetória, na aprendizagem o cenário é de estagnação nos resultados. Os dados do Saeb mostram que, desde 2011, não houve aumento no percentual de estudantes com aprendizagem considerada adequada em Matemática, conforme mostra o gráfico a seguir. Em Língua Portuguesa, houve alguma melhoria no último período, mas o valor ainda é muito aquém do desejável, com apenas 37,1% dos estudantes com aprendizagem adequada.²⁵

²⁴ INEP. Taxas de rendimento, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 30 out. 2022.

²⁵ A aprendizagem considerada como adequada equivale a 300 pontos em Língua Portuguesa e 350 em Matemática para a 3ª série do Ensino Médio e foi definida por um conjunto de especialistas reunidos pelo Todos Pela Educação em 2006 para estabelecer uma equivalência entre o Saeb e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa).

Gráfico 1 - Porcentagem de alunos com aprendizagem adequada no Saeb do Ensino Médio no Brasil – 2011-2019 - Rede total



Descrição: gráfico de linhas que indica o percentual de alunos do Ensino Médio com aprendizagem adequada no Saeb, entre 2011 e 2019. A linha verde indica Língua Portuguesa. Ela começa em 29,2% (em 2011) e termina em 37,1% (em 2019). Essa linha apresenta uma leve tendência de crescimento ao longo dos anos. Já a linha azul indica Matemática. Ela começa em 10,3% (em 2011) e termina em 10,3% (em 2019). Essa linha fica praticamente constante ao longo dos anos.

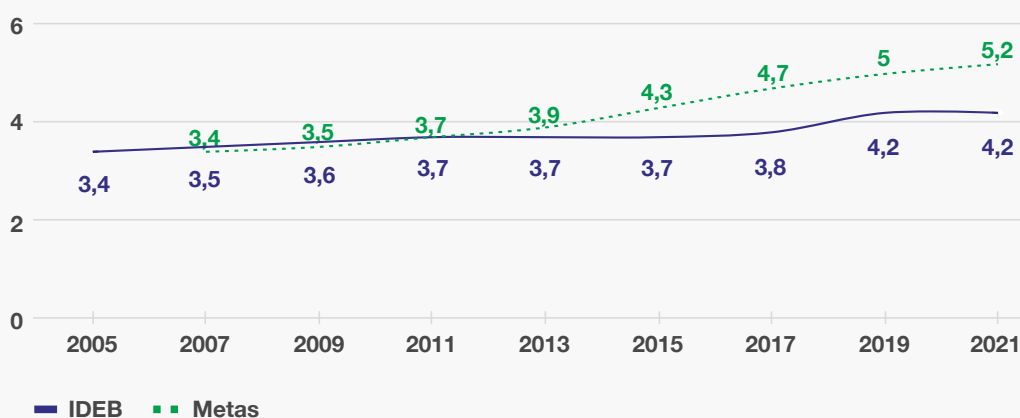
Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021.

Além do cenário de estagnação dos resultados, os dados de aprendizagem apresentam grandes desigualdades. Enquanto na média nacional apenas 10,3% dos estudantes possuem aprendizado adequado em Matemática, nas escolas privadas são 41,3% e nas públicas apenas 5,2%. Para as escolas de nível socioeconômico (NSE) mais alto, 57,6% dos estudantes têm aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e 19,2% em Matemática. Para as de NSE mais baixo, esses valores são de apenas 28,2% e 4,9%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) combina dados de aprendizagem do Saeb e as taxas de rendimento para avaliar

a qualidade da Educação. Nos 16 anos em que foi avaliado o Ideb, entre 2005 e 2021, o valor do índice para o Ensino Médio aumentou pouco, de 3,4 para 4,2 (já era 4,2 em 2019) – um número ainda bastante baixo e aquém do previsto no Plano Nacional de Educação (PNE²⁶), que traz a meta de Ideb 5,2 para a etapa em 2021 (meta 5 em 2019). No mesmo período, a título de comparação, o Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental passou de 3,8 para 5,8 (era 5,9 em 2019).

Gráfico 2 - Evolução do Ideb no Ensino Médio 2005 a 2021 - Rede total²⁷



Descrição: O gráfico apresenta a nota do Ideb dos estudantes do Ensino Médio de 2005 a 2021. A linha cheia azul apresenta o valor do Ideb, enquanto a linha verde pontilhada apresenta as metas projetadas para cada ano. Em 2006, a linha azul apresenta o valor de 3,5, enquanto a linha verde tem o valor de 3,4 (indicando que o Brasil atingiu a meta). Já em 2021 a linha azul apresenta o valor de 4,2 e a linha verde de 5,2, indicando que o Brasil ficou bem abaixo da média. A linha azul não apresentou grandes variações, ficando praticamente constante ao longo dos anos.

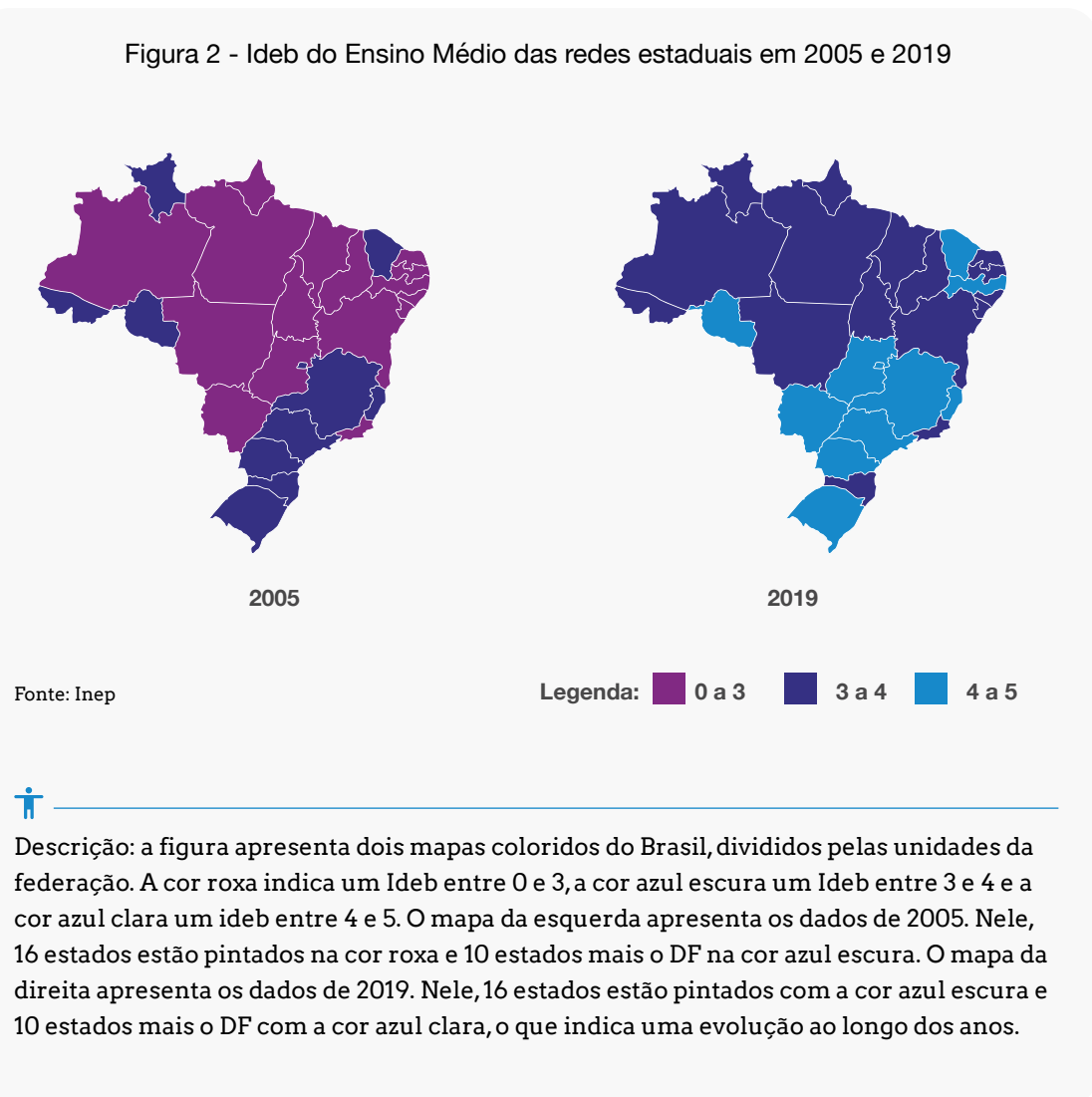
Fonte: Inep.

²⁶ Conforme objetivo 3 da meta 7 do PNE.

²⁷ A interpretação dos dados do Ideb 2021 e o uso deles para comparação de evolução histórica e entre os estados exige cautela. As avaliações do Saeb de 2021 foram aplicadas entre novembro e dezembro daquele ano em meio à pandemia. Por esse motivo, houve queda significativa no percentual de alunos avaliados e isso não ocorreu de forma homogênea entre os estados. Além disso, os estados lidaram de formas distintas com aprovação, o que pode alterar significativamente as taxas utilizadas como indicador de rendimento e, conseqüentemente, os índices de qualidade. Mais informações na nota técnica publicada pelo Todos Pela Educação, em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/09/nota-tecnica-divulgacao-saeb-e-ideb-2021-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

Analisando os dados do Ideb 2019, ainda sem o efeito da pandemia, notamos que o avanço nacional aquém do esperado reproduziu-se em todos os estados, e nenhum deles atingiu a meta do PNE para o período (Ideb 5). A grande maioria dos estados não atingiu nem mesmo as próprias metas estipuladas, com Goiás sendo a única exceção. Houve, entretanto, avanços, com alguns estados ficando com Ideb acima de 4, valor que não era atingido por nenhum estado em 2005, conforme mostra o gráfico a seguir²⁸.

Figura 2 - Ideb do Ensino Médio das redes estaduais em 2005 e 2019



²⁸ Idem ressalva anterior.



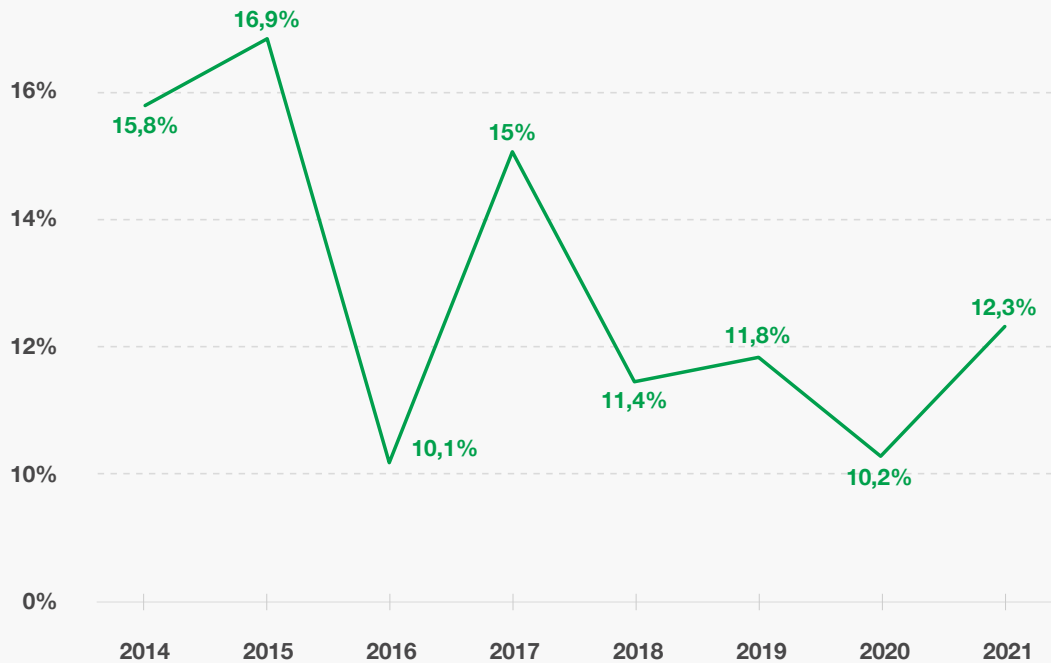
No período entre 2017 e 2021 observou-se um aumento do Ideb do Ensino Médio de 3,8 para 4,2 pontos. No mesmo período houve uma expansão considerável do modelo integral, que atingiu uma cobertura de 15,5% das matrículas de Ensino Médio em 2021, crescendo significativamente em relação a 2016, quando o valor era de apenas 6,0% do total de matrículas²⁹.

2.2 O Ensino Integral e o Ensino Médio no Plano Nacional de Educação

Conforme abordado no capítulo 1, o Ensino Integral apresenta uma série de impactos positivos em relação aos resultados educacionais, sendo uma importante estratégia para melhorar a qualidade da Educação brasileira. Por esse motivo, o Ensino Integral foi incluído no PNE, cuja Meta 6 tem como objetivos a serem alcançados até 2024: “Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica”. Apesar da expansão recente do Ensino Médio Integral (gráfico 4), o país encontra-se muito distante das metas estabelecidas, conforme apresenta o gráfico a seguir.

²⁹ Instituto Sonho Grande. Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.

Gráfico 3 - Percentual de Matrículas de Ensino Fundamental e Ensino Médio em Ensino Integral³⁰ (Meta 6 do PNE)



Observação: não estamos considerando Educação Infantil.



Descrição: gráfico contendo uma linha verde que indica a porcentagem de alunos de Ensino Fundamental e Médio em Ensino Integral. Em 2014, essa linha estava em 15,8%, chegando a 12,3% em 2021. A linha apresentou uma tendência de crescimento até 2015, teve uma queda em 2016, um novo crescimento em 2017 e permaneceu quase constante depois disso.

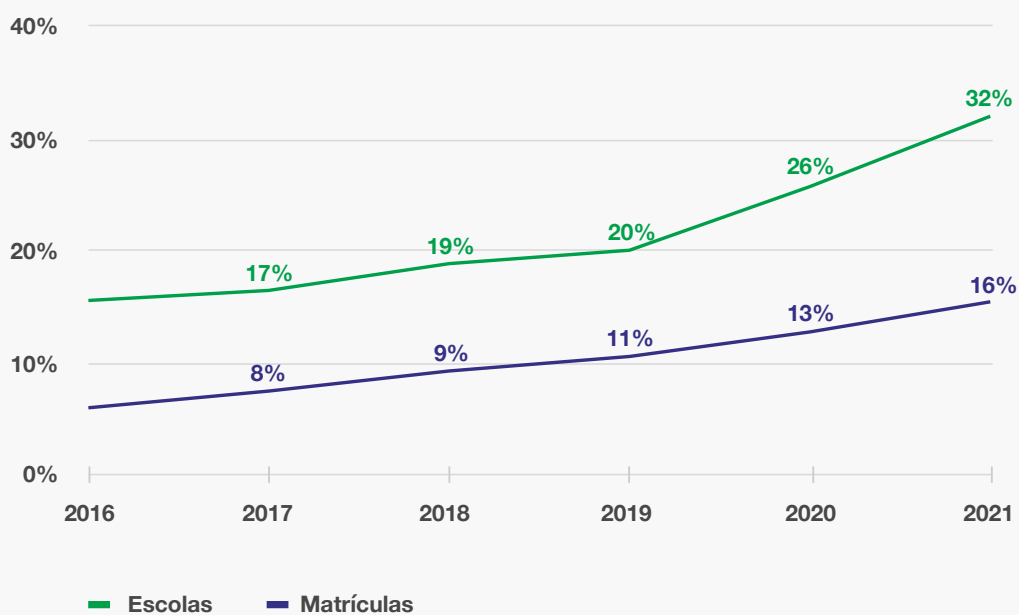
Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2014-2021).

Olhando exclusivamente para o Ensino Médio, entretanto, observa-se uma expansão mais clara na Educação Integral, que passou de 6%

³⁰ Expressa o número de matrículas na rede pública em Tempo Integral em relação ao total de matrículas para todas as etapas (não apenas o Ensino Médio). Considera-se matrículas em Tempo Integral aquelas em que o aluno permanece 7 horas ou mais na escola. Não são consideradas as matrículas na EJA e na EP quando oferecidas de forma Subsequente ou Concomitante.

do total de matrículas e 15,6% do total de escolas do EM em 2016 para 15,5% do total de matrículas e 32,1% do total de escolas em 2021, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Porcentagem de Escolas Públicas e Matrículas de Ensino Médio Integral



Descrição: gráfico que contém duas linhas. A linha azul indica a porcentagem de matrículas no Ensino Médio Integral. Essa linha apresenta uma tendência de crescimento, saindo de 8% em 2017 e indo para 16% em 2021.

A linha verde apresenta a porcentagem de escolas de Ensino Médio Integral. Essa linha também apresenta tendência de crescimento, indo de 17% em 2017 e chegando a 32% em 2021.

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021.

O Plano Nacional de Educação possui 3 metas relacionadas diretamente ao Ensino Médio e ao EMI. Além das já mencionadas na Meta 6, de expansão da cobertura do Ensino Integral na Educação Básica, e 7, de aprendizagem adequada na idade certa, há também a Meta 3, de universalização do Ensino Médio. Apesar dos avanços, as



metas estão distantes de serem atingidas (especialmente as metas 6 e 7), como fica evidente na tabela a seguir, que apresenta as metas e os valores alcançados em 2014 (ano de criação do PNE) e em 2020.

Tabela 1 - Evolução das Metas do PNE de 2014 a 2020*

Meta	Objetivo	2014	2020	2021
Meta 3 - Ensino Médio	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos	89,2%	94,3%	95,3%
	Elevar, até 2024, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%	66,7%	76,6%	74,5%
Meta 6 - Ensino Integral	Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas	29%	20,5%	22,4%
	Atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica	17,6%	13,5% ³¹	15,1%
Meta 7 - Aprendizado adequado na idade certa	Chegar ao Ideb 5 no Ensino Médio	3,7 ³²	-	4,2

Fonte: Observatório do PNE. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/metasp>. Acesso em: 30 out. 2022. Elaboração Própria.

* A atualização dos dados para 2021 não foi possível em virtude da não disponibilidade dos microdados do Censo Escolar 2021.

³¹ Devemos reconhecer uma redução na cobertura de Educação Integral, ainda que essa seja uma meta para 2024. Em paralelo, na etapa do Ensino Médio, houve evolução no número de escolas e matrículas, o que demonstra a importância de que a política seja incentivada para que seja garantida a continuidade e a expansão.

³² Valor para 2013, uma vez que em 2014 o Ideb não foi medido por ser bienal.



Após um início bastante recente enquanto etapa obrigatória e de oferecimento universal e gratuito, o Ensino Médio encontra-se no final do processo de expansão da cobertura e em um momento-chave para melhoria do fluxo e da aprendizagem. Para garantir que a etapa seja capaz de assegurar resultados mais efetivos, são necessárias transformações políticas, administrativas e pedagógicas. Nesse contexto, a expansão do EMI é uma estratégia fundamental para a melhoria da qualidade educacional dessa etapa. Esse processo de aumento das matrículas em escolas com esse novo modelo, em que o tempo adicional é elemento viabilizador de uma nova proposta pedagógica, vem ganhando força nos últimos anos.

2.3 As políticas públicas recentes para o avanço do EMI

Dado o contexto desafiador, o Brasil vem tentando avançar e propor reformas para o Ensino Médio. A primeira dessas mudanças foi a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009³³. O programa visava fortalecer e apoiar os estados e municípios com suporte técnico e financeiro para que desenvolvessem propostas inovadoras de currículos flexíveis para atender as expectativas dos estudantes e as necessidades da sociedade atual³⁴. O Programa iniciou a articulação entre o MEC e os estados pelo Ensino Médio Integral servindo de base para as políticas

³³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192. Acesso em: 30 out. 2022.

³⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Ensino Médio Inovador. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13439:ensino-medio-inovador>. Acesso em: 30 out. 2022.



subsequentes. Teve documentos orientadores lançados em 2009, 2011, 2013 e 2016 e já trazia como elementos o protagonismo juvenil, o projeto de vida, a flexibilização curricular e a expansão da carga horária. Em sua última edição, em 2016-2017 teve adesão das 27 unidades federativas brasileiras e a participação de 8.476 escolas e 3,1 milhões de estudantes do Ensino Médio, com repasse de R\$ 343,50 milhões pelo governo federal³⁵. Em 2017, ano de início do EMTI³⁶, o programa foi descontinuado.

Em seguida, uma grande mudança normativa foi realizada com o Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei Federal nº 13.415 de 2017³⁷. A lei prevê que a etapa tenha uma ampliação na carga horária, que será expandida de 2.400 horas anteriores para pelo menos 3 mil horas anuais a partir de 2022. Outra previsão é que essa carga horária seja dividida em no máximo 1.800 horas de Formação Geral Básica nas quatro áreas do conhecimento e, no mínimo, 1.200 horas de itinerários formativos que, além de aprofundamento das quatro áreas, poderão ser de formação técnica e profissional.

Para apoiar essas transformações, foi publicada pelo MEC uma série de documentos com o objetivo de fornecer referenciais para as redes e orientar os estados sobre a melhor forma de implementar o novo modelo. O mais importante deles é a

³⁵ Prestação de contas do Presidente da República 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica/arquivos/2017/pcpr2017.pdf/view>. Acesso em: 30 out. 2022.

³⁶ Leia-se EMTI como a Política de Fomento das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que é coordenada e financiada pelo MEC. Não é uma política pública diferente do Ensino Médio Integral, apenas estamos respeitando a nomenclatura vigente utilizada pelo MEC - aplicável em todo documento.

³⁷ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, fruto da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 30 out. 2022.



Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio³⁸, homologada pelo Ministério da Educação em dezembro de 2018.

Além da BNCC, foram publicadas pelo MEC, em novembro de 2018, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio³⁹ (DCNEM), com orientações gerais a serem seguidas para essa etapa. O MEC também publicou, em dezembro de 2018, o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio e Referenciais Curriculares para os Itinerários Formativos, documentos que visam orientar os estados passo a passo na implementação do novo modelo de Ensino Médio e na elaboração de currículos para os itinerários formativos, respectivamente. Além disso, foi implementado um conjunto de políticas para prover apoio técnico e financeiro para os estados avançarem na implementação dessas mudanças como o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio⁴⁰ e o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio.⁴¹

Associado a essas transformações e inspirado em experiências internacionais e nacionais bem-sucedidas, o MEC iniciou, com a Portaria n° 1.145, de 2016⁴², a Política de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) para

³⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular, Etapa do Ensino Médio. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Acesso em: 30 out. 2022.

³⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁴⁰ Portaria n° 649 de 10 de julho de 2018 Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwOTZC2Mb/content/id/29495231/doi-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216. Acesso em: 30 out. 2022.

⁴¹ Portaria n. 521 de 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁴² Portaria n° 1.145 de 10 de outubro de 2016 - <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-145-de-10-de-outubro-de-2016-22055471-22055471>. Acesso em: 30 out. 2022.



fornecer apoio técnico e financeiro aos estados para expandirem as matrículas em Educação Integral nessa etapa. A iniciativa baseia-se no conceito de formação integral e integrada com ampliação da jornada escolar para viabilizar a nova proposta pedagógica abrangendo as dimensões socioemocionais e cognitiva dos estudantes.

O programa se estruturou com a adesão voluntária das unidades federativas, que ainda puderam escolher entre migração gradual ou simultânea das escolas, selecionadas de acordo com critérios de infraestrutura mínima e vulnerabilidade socioeconômica. Os estados que aderiram recebem 10 anos de repasses da União no valor de R\$ 2 mil por aluno ao ano. A permanência no programa foi condicionada ao cumprimento de uma série de critérios, como: mínimo de matrículas oferecidas; oferta da carga horária integral; adequação da infraestrutura das escolas; publicação de marcos legais; prestação de contas; e melhoria de resultados do Ideb, tanto em fluxo quanto em proficiência.

A adesão ao programa se deu por meio de portarias, em que cada uma representava a inclusão de novas escolas apoiadas. A primeira delas foi a Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016⁴³, à qual aderiram 26 estados e o Distrito Federal e na qual foram incluídas 490 escolas. A portaria detalhou os critérios para adesão e permanência como termo de adesão assinado pela liderança da Secretaria Estadual de Educação, nomeação de uma equipe específica para o EMTI com coordenação e especialista pedagógico, de infraestrutura e de gestão. Ela definiu também a avaliação de processo e resultado anual para as escolas que aderirem, podendo acarretar desligamento do programa

⁴³ BRASIL. Imprensa Nacional. Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-145-de-10-de-outubro-de-2016-22055471-22055471>. Acesso em: 28 out. 2022.

no caso de não cumprimento das metas.

Em seguida, vieram as Portarias n° 727, de 2017⁴⁴, e n° 1.023, de 2018⁴⁵, que incluíram 358 e 179 escolas, respectivamente. A terceira portaria, especificamente, também definiu diretrizes e critérios para a avaliação de impacto do EMTI, estabelecendo um sorteio de escolas para participarem do programa e escolas comparáveis para serem utilizadas como grupo controle de forma a aferir os impactos da escola integral.

Após a troca da gestão federal e, conseqüentemente, da gestão do Ministério da Educação, foi publicada a Portaria n° 2.116, de 6 de dezembro de 2019⁴⁶, dando seguimento ao programa, com a inclusão de 412 novas escolas e 41 mil matrículas. Após 2019, entretanto, em virtude da pandemia e da não priorização da política de EMI pelo governo federal, não houve mais portarias e a expansão do programa pelo fomento federal está estagnada desde então, ainda que se mantenha o apoio com duração de dez anos às escolas que integram o programa de fomento. A tabela a seguir evidencia o alcance das quatro portarias.

⁴⁴ BRASIL. Imprensa Nacional. Portaria n° 727, de 13 de junho de 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19117576/do1-2017-06-14-portaria-n-727-de-13-de-junho-de-2017-19117413. Acesso em: 28 out. 2022.

⁴⁵ BRASIL. Imprensa Nacional. Portaria n° 1.023, de 4 de outubro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102611-emi-portaria-n-1-023-de-4-de-outubro-de-2018-oficial-da-uniao-imprensa-nacional/file#:~:text=Gabinete%20do%20Ministro-,PORTARIA%20N%C2%BA%201.023%2C%20DE%204%20DE%20OUTUBRO%20DE%202018,unidades%20escolares%20para%20o%20Programa>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁴⁶ BRASIL. Imprensa Nacional. Portaria n° 2.116, de 6 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.116-de-6-de-dezembro-de-2019-232132483>. Acesso em: 28 out. 2022.



Tabela 2 - Alcance das quatro portarias do EMTI

Portaria MEC	Escolas ⁴⁸	Matrículas	UFs
Portaria nº 1.145/2016 ⁴⁹	490	268 mil	27
Portaria nº 727/2017 ⁵⁰	358	257 mil	24
Portaria nº 1.023/2018 ⁵¹	179	41 mil	14
Portaria nº 2.116/2019 ⁵²	412	41 mil	26
Total efetivo atualmente após a 4ª Portaria	1.423	360 mil⁵³	27

Fonte: Ministério da Educação. Elaborado por Todos Pela Educação.

⁴⁷ Painel de Monitoramento Ministério da Educação. Disponível em: <https://painelnovoensinomedio.mec.gov.br/painel>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Programa de fomento ao tempo integral aprova 530 escolas que vão oferecer 268 mil matrículas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/43721-programa-de-fomento-ao-tempo-integral-aprova-530-escolas-que-vaooferecer-268-mil-matriculas>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁴⁹ BRASIL. Ministério da Educação. MEC oferta 257 mil novas vagas para Programa de Implementação de Escolas de Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50241-mec-oferta-257-mil-novas-vagas-para-escolas-em-tempo-integral>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁵⁰ Inclui escolas garantidas e sorteadas para receber. BRASIL. Ministério da Educação. MEC libera 420,79 milhões para Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/389-ensino-medio-2092297298/71491-mec-libera-r-420-79-milhoes-para-ensino-medio-em-tempo-integral-2>. Acesso em: 28 out. 2022.

⁵¹ BRASIL. Ministério da Educação. MEC investe R\$ 82,3 milhões para estimular Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85291. Acesso em: 28 out. 2022.

⁵² O número total não coincide com a soma das portarias pela frustração no número de matrículas esperadas e a desistência e saída de escolas do programa.

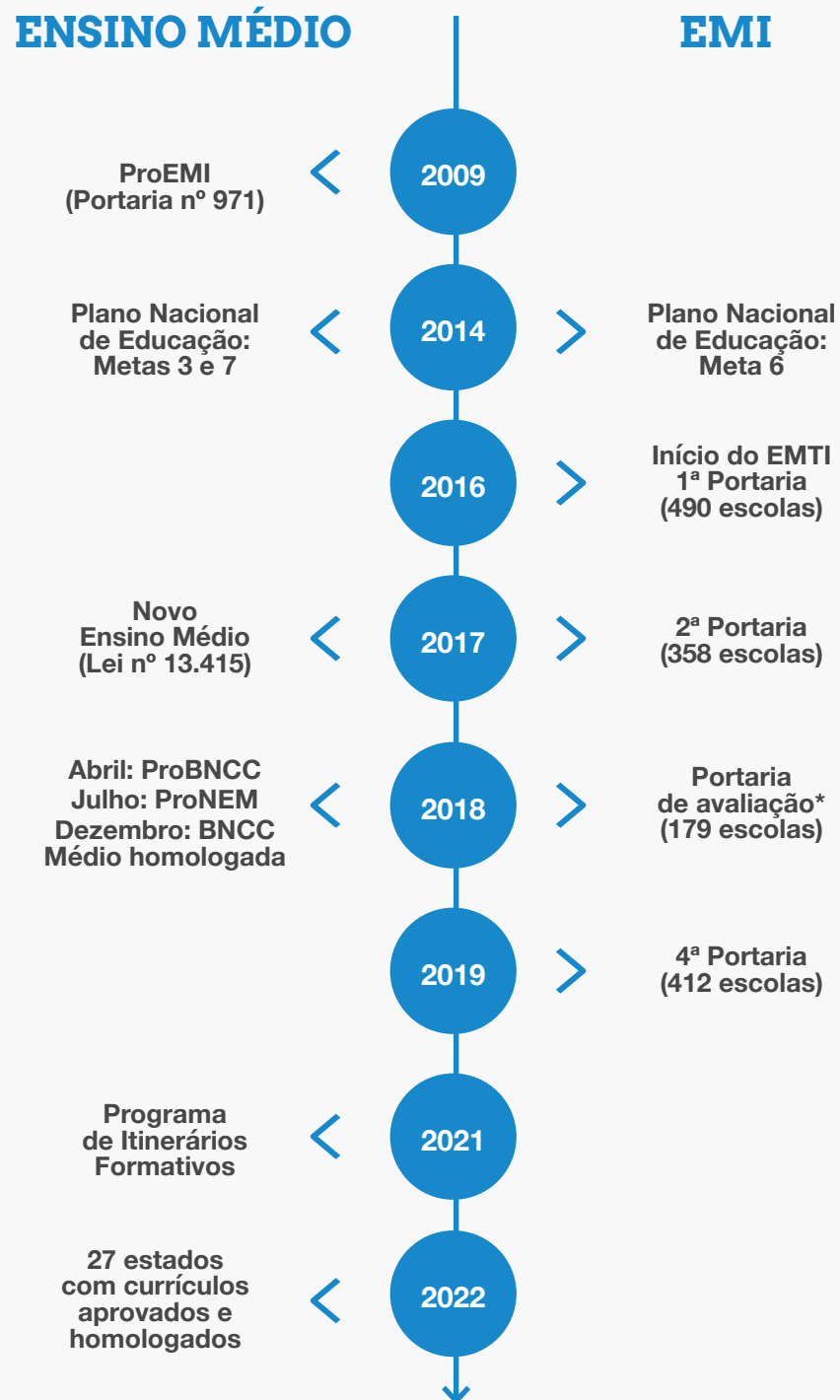


Hoje, o programa apoia 35% das mais de 1 milhão de matrículas de Ensino Médio Integral, que representam 15,5% das matrículas do Ensino Médio, sendo um bom alicerce para capilarizar a política e reproduzir esse modelo de sucesso para a Educação brasileira. A não realização da avaliação de impacto do Programa prevista na Portaria nº 1.023 de 2018 e a não realização de novas portarias desde 2019, entretanto, levanta a preocupação com a descontinuidade do Programa.

O MEC tem um importante papel de coordenador e apoiador que não pode ser ignorado. Apesar disso, muitos estados continuam viabilizando expansões por fomento próprio, ainda que nem todos tenham condições de fazê-lo de maneira ampla, o que denota a importância do fomento federal. Ao mesmo tempo, a contínua expansão protagonizada pelos estados mostra compromisso com a política, com a aprendizagem dos jovens e, conseqüentemente, com a redução das desigualdades sociais.

A figura a seguir apresenta um cronograma resumido das políticas realizadas nos últimos anos para o Ensino Médio, destacando aquelas relativas ao Ensino Médio Integral.

Figura 3 - Linha do tempo das políticas de Ensino Médio e EMI desde 2009



Fonte: Elaboração própria.

*A Portaria nº 1.023/2018 (Avaliação de Impacto) foi descontinuada.



3. INSPIRAÇÃO E CAMINHOS

Este capítulo apresenta as políticas públicas de Ensino Médio Integral bem-sucedidas, que servem de inspiração e apontam caminhos para as políticas futuras. A primeira seção apresenta políticas e soluções já implementadas em outros países com resultados positivos. A segunda e última seção apresenta políticas e soluções já implementadas no Brasil que foram avaliadas e apresentaram bons resultados.

3.1 Políticas e soluções já implementadas em outros países

A primeira inspiração para o Ensino Médio Integral vem da experiência internacional. Países com sistemas educacionais bem-sucedidos, como aqueles que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), possuem cargas horárias de mais de 1.000 horas anuais em suas escolas de Ensino Médio. No Brasil, onde a carga horária regular era de 800 horas anuais antes do Novo Ensino Médio, apenas as escolas de ensino integral possuíam cargas horárias maiores, aproximando-se daquelas praticadas nos países desenvolvidos. Com o Novo Ensino Médio, todas as escolas atingem a carga horária de 1.000 horas anuais, mas as de EMI possuem cargas horárias ainda maiores, de 1.400 horas.



Em um estudo utilizando notas do exame internacional PISA de 2006 (LAVY, 2015), encontra evidências de que o tempo de instrução nas escolas tem efeitos positivos significativos sobre as notas dos estudantes, especialmente se associado à maior autonomia escolar. Apesar disso, o autor encontra efeitos menores para os países em desenvolvimento. Bittenbeck e Collins (2020) reproduzem o estudo estendendo a comparação para outras avaliações padronizadas internacionais e encontram o mesmo efeito, porém com magnitude menor.

Além da carga horária, outros países também possuem modelos mais flexíveis com oportunidade para os jovens serem protagonistas de uma formação mais alinhada a seus projetos de vida. A tabela a seguir detalha algumas características de outros modelos.

Tabela 3 - Modelos de Ensino Médio em outros países

	Brasil*	Chile	Estados Unidos	México
Carga horária obrigatória no Ensino Médio	800	1.172	1.038	1.023
Parcela do tempo dedicado a disciplinas de escolha do jovem	0%	44%	Variável	51%
Taxa de conclusão⁵⁴	65,1%	90,1%	86,6%	66,30%
Nota de Leitura	413	452	505	420
Nota de Matemática	384	417	478	409
Nota de Ciências	404	444	502	409

Fontes: OCDE e PISA. Elaboração própria.

* Valores antes do Novo Ensino Médio.

⁵³ Taxa de conclusão aos 25 anos de idade. Disponível em:

https://www.compareyourcountry.org/snaps/education-at-a-glance-2021/en/2928/UPPER_GRAD_RATE. Acesso em: 29 out. 2022.

* Modelo anterior à reforma do Novo Ensino Médio.



O que tratamos no Brasil como Ensino Médio Integral é, nos países desenvolvidos, o padrão para esta etapa, com todas as escolas funcionando com a carga horária que consideramos ampliada. Considerando os melhores resultados que esses países obtêm, sobretudo quando comparados à estagnação do Brasil em avaliações internacionais como o PISA, podemos tomar seus modelos como inspiração para mudanças que promovam uma melhoria na aprendizagem.

As políticas bem-sucedidas de EMI, entretanto, não se restringem ao exterior. Além de estar mais alinhado às melhores práticas internacionais, o modelo de Ensino Integral no Ensino Médio também mostrou bons resultados quando aplicado à realidade brasileira.

3.2 Políticas e soluções já implementadas no Brasil

Antes da política federal de fomento em 2016, já havia, em alguns estados, iniciativas voltadas para a oferta de Educação Integral nessa etapa de ensino. Entre eles, destaca-se o estado de Pernambuco, que tornou o Ensino Médio Integral uma política pública em 2008, por meio do Programa de Educação Integral (PEI)⁵⁴. O modelo do estado tem como fundamento uma concepção interdimensional da Educação que integra dimensões cognitivas e socioemocionais do jovem e torna a escola um espaço de promoção da cidadania, aprendizagem e do protagonismo juvenil.

⁵⁴ Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>. Acesso em: 29 out. 2022.



Após a implementação da primeira escola de tempo integral, em 2004, Pernambuco investiu na política de EMI. Em pouco mais de uma década, foram implantadas 389 escolas de tempo integral, representando 49% das escolas de Ensino Médio da rede estadual⁵⁵. A política teve resultados e, em apenas 10 anos, o Ideb do Ensino Médio do estado saiu da 22ª posição entre as unidades da federação em 2007, quando era 2,7, para a 3ª em 2019, com uma nota de 4,4, tendo sido o primeiro lugar no Ideb de 2015, com 3,9⁵⁶. Entre as escolas de Ensino Médio da rede estadual, em 2019, as integrais apresentam melhor resultado com Ideb 4,8, em comparação com 4,0 das escolas de tempo parcial⁵⁷. A expansão contínua e em 2022 o estado atingirá 75% das matrículas do Ensino Médio em tempo integral no 1º ano do Ensino Médio, o que é considerado como a universalização do tempo integral, isto é, todos os alunos que desejem estudar em uma escola com esse formato de oferta tem vaga garantida. Pernambuco é o primeiro estado brasileiro a universalizar o acesso ao Ensino Médio em tempo integral no Brasil⁵⁸.

Os resultados das escolas de EMI em Pernambuco também tiveram um importante componente de equidade, com as escolas de menor Índice Socioeconômico (NSE) tendo melhor desempenho no

⁵⁵ Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>. Acesso em: 29 out. 2022.

⁵⁶ Para saber mais sobre as políticas educacionais que explicam o sucesso de Pernambuco no Ensino Médio, leia o texto: Pernambuco: o jovem no centro da experiência escolar. Disponível em: <https://educacaoqedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/pernambuco-o-jovem-no-centro-da-experiencia-escolar/>. Acesso em: 29 out. 2022.

⁵⁷ Dados fornecidos pelo Instituto Sonho Grande.

⁵⁸ Pernambuco terá mais 70 escolas na modalidade integral a partir de 2022. Folha de Pernambuco. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/pernambuco-tera-mais-70-escolas-na-modalidade-integral-para-2022/206981/>. Acesso em: 29 out. 2022.

exame estadual, o IDEPE, que as escolas de tempo parcial com nível socioeconômico mais elevado. Pernambuco foi também o estado com a menor diferença de resultado entre a média dos alunos das escolas de maior e menor índice socioeconômico no Saeb 2017. No caso brasileiro, as escolas integrais obtêm melhores notas em relação às de tempo regular para cada nível socioeconômico.⁵⁹

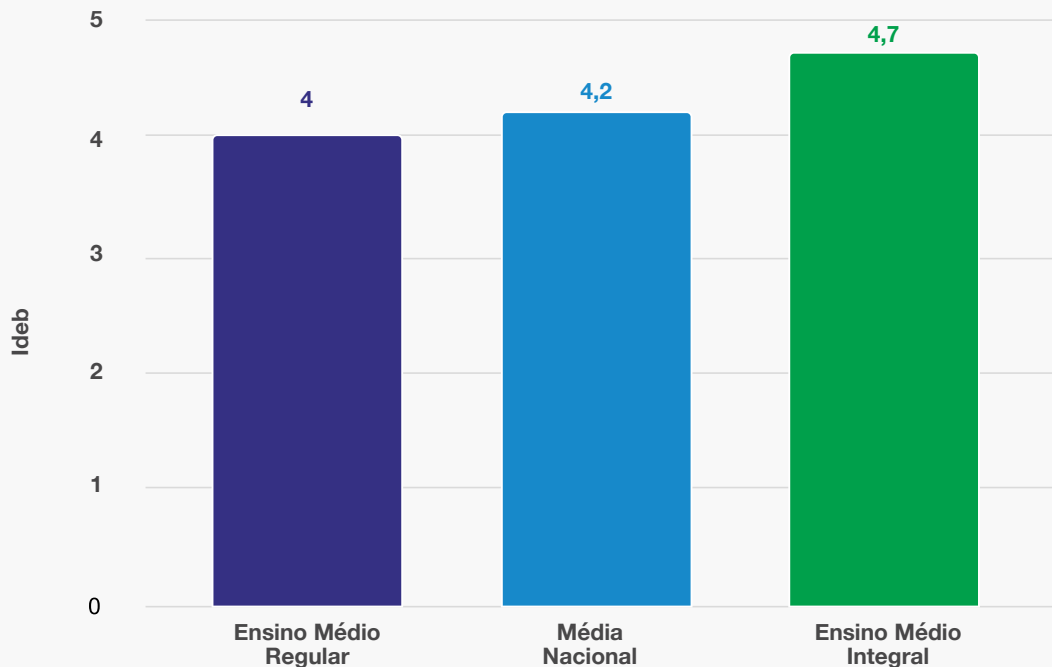
O melhor resultado das escolas integrais da etapa de Ensino Médio também se observa quando comparadas às escolas brasileiras regulares e aquelas que contam com jornada ampliada. Em uma análise comparada com escolas de ensino regular urbanas, as escolas de tempo integral obtiveram uma média de 4,7 no Ideb 2019 e, ainda que tenham ficado abaixo da meta do PNE de 5, tiveram nota 0,5 ponto acima da média nacional de 4,2^{60;61}, como pode ser observado no gráfico a seguir.

⁵⁹ Todos Pela Educação. Educação Já Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral. 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/08/educacao-ja-ensino-medio-em-tempo-integral-versao-jan2019.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022.

⁶⁰ Ensino Médio Integral e impactos positivos do modelo para a retomada da aprendizagem. Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-audiencias-2021/arquivos-2021/AnaPaulaPereira.pdf/view>. Acesso em: 29 out. 2022.

⁶¹ Foram consideradas apenas as escolas propedêuticas da rede estadual, localizadas em zonas urbanas. Não estão inclusas as escolas exclusivamente de Educação Profissional, de Educação para Jovens e Adultos (EJA), de Educação Especial e Ensino Médio Normal/Magistério. Para as escolas integrais foram utilizados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional da unidade manter ao menos uma turma do Ensino Médio com duração superior a 420 minutos diários de aula (não foram consideradas as atividades complementares), de acordo com o Censo Escolar 2019 (Inep). As estimativas foram ponderadas pelo número de estudantes presentes na última série do Ensino Médio e contêm apenas as escolas com informação divulgada no Saeb.

Gráfico 5 - Ideb 2019 das escolas de Ensino Médio do Brasil por tipo



Descrição: gráfico de colunas que apresenta o Ideb de 2019 das escolas de Ensino Médio. A primeira coluna, em azul, mostra o Ideb das escolas de Ensino Médio regular, que tiveram a nota 4. A segunda coluna, também em azul, apresenta a média nacional de 4,2. Já a terceira coluna, em verde, apresenta a nota das escolas de Ensino Médio Integral, com um valor de 4,7.

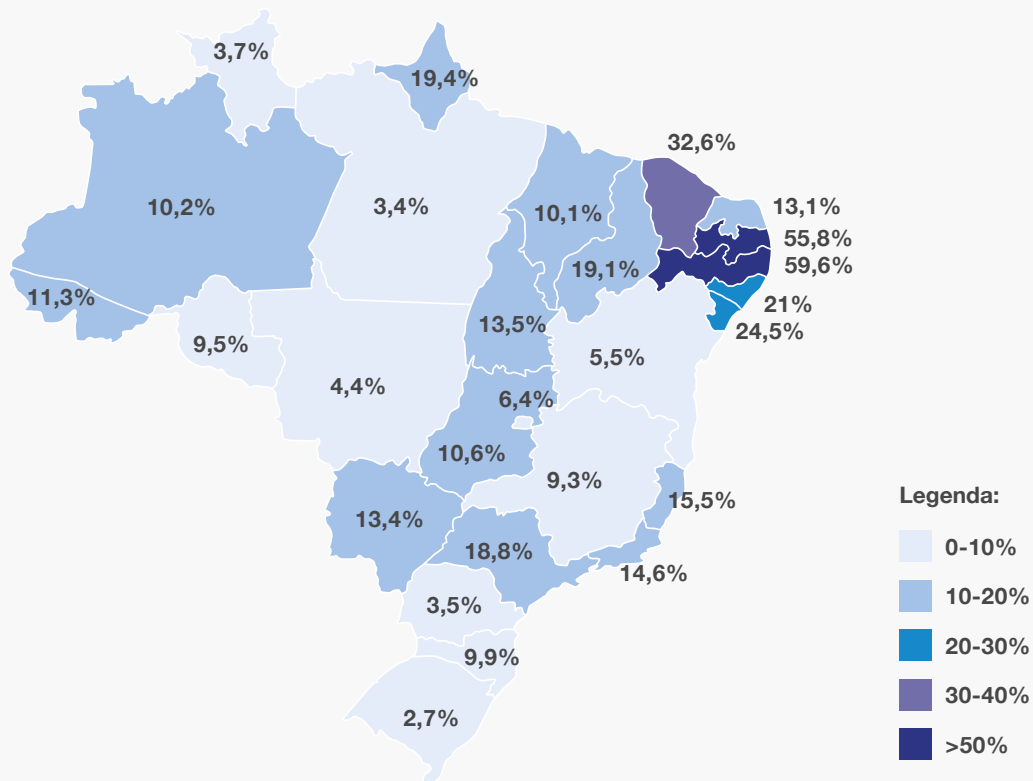
Fonte: Instituto Sonho Grande - Ideb 2019.

Pernambuco, porém, não foi o único estado a investir em Ensino Médio Integral. Com a evidência das experiências internacionais e os bons resultados alcançados pelos estados pioneiros no Brasil, outros estados começaram a colocar ênfase na política e apresentar políticas de destaque. Os resultados dos estados e das regiões em relação ao EMI podem ser encontrados nas Tabelas 7 a 10 no Anexo.

Alguns estados destacam-se pela expansão acelerada do número de matrículas ou pela cobertura alcançada. Em relação à expansão,

destacam-se São Paulo, Minas Gerais e Paraíba, que de 2020 para 2021 adicionaram 100 mil, 26,5 mil e 17,5 mil matrículas às suas redes de EMI, respectivamente. Em relação à cobertura, são destaques, além de Pernambuco, os estados de Sergipe, com 24,5%, do Ceará, com 32,6% e novamente da Paraíba, com 55,8% das matrículas de Ensino Médio da rede em tempo integral no ano de 2021, conforme apresenta o mapa a seguir.

Figura 4 – Percentual de Matrículas de Ensino Médio Integral nas redes estaduais em relação ao total de matrículas na etapa, por unidades da federação (2021)



Descrição: a figura apresenta um mapa do Brasil, dividido entre as unidades da federação. Ele apresenta 5 cores e cada uma delas representa uma faixa no percentual de matrículas no Ensino Médio Integral nas redes estaduais. A maior parte do mapa está em azul bem claro, que indica uma quantidade de matrículas entre 0 e 10%. 9 estados mais o DF têm entre 10 e 20% de matrículas. Sergipe e Alagoas apresentam entre 20 e 30%. Ceará tem 32,6%. Pernambuco e Paraíba apresentam os maiores percentuais, de 59,6% e 55,8%, respectivamente.

Fonte: Instituto Sonho Grande. Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que, somada com o tempo de Atividade Complementar, atinja as 7 horas ou mais.



Como se pode observar na tabela a seguir, a maioria dos estados avançou de 2020 para 2021 em relação ao número de matrículas Integrais no Ensino Médio. No Brasil, como um todo, o número de matrículas em EMI foi de 12,9% para 15,5%, o que representou um crescimento de 21,5% nas matrículas do modelo integral.

A tabela a seguir detalha o percentual de matrículas e das escolas de Ensino Médio Integral de cada unidade da federação do Brasil, além do crescimento do número de matrículas e escolas entre 2020 e 2021.

Tabela 4 - Matrículas, escolas integrais e crescimento por estado

UF	% de Matrículas Integrais	% de Escolas Integrais	Crescimento de 2021 Matrículas
AC	11,30%	7,60%	7,08%
AL	21,00%	30,00%	-16,92%
AM	10,20%	16,00%	17,42%
AP	19,40%	28,70%	66,30%
BA	5,50%	23,10%	45,35%
CE	32,60%	44,60%	9,42%
DF	6,40%	60,80%	48,26%
ES	15,50%	32,40%	47,59%
GO	10,60%	18,00%	22,26%
MA	10,10%	12,90%	14,06%
MG	9,30%	26,70%	94,61%
MS	13,40%	39,80%	49,20%
MT	4,40%	7,70%	-11,94%
PA	3,40%	8,80%	56,27%
PB	55,80%	65,90%	34,58%
PE	59,60%	57,80%	6,82%
PI	19,10%	22,30%	11,31%
PR	3,50%	9,10%	1,71%
RJ	14,60%	46,10%	-0,60%
RN	13,10%	23,50%	-7,15%
RO	9,50%	12,10%	17,23%
RR	3,70%	3,90%	-29,09%
RS	2,70%	5,80%	4,80%
SC	9,90%	27,80%	18,32%
SE	24,50%	35,40%	25,66%
SP	18,80%	59,90%	65,03%
TO	13,50%	16,10%	12,45%
BRASIL	15,50%	32,10%	25,55%

Fonte: Instituto Sonho Grande. Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que, somada com o tempo de Atividade Complementar, atinja as 7 horas ou mais.



Dados os resultados do Ensino Médio Integral, verifica-se que a expansão do modelo, com ampliação do número de escolas e de estudantes beneficiados, têm potencial de contribuir para a melhoria da qualidade educacional. Além disso, como evidencia a já referida pesquisa com estudantes formados nas escolas integrais de Pernambuco, o modelo pode ter resultados positivos também sobre empregabilidade, salários, participação das mulheres no mercado de trabalho, redução da desigualdade racial e melhor planejamento familiar. Por fim, além da melhora nesses indicadores, o EMI, quando bem estruturado, tem potencial para proporcionar uma formação integral mais rica e significativa para o jovem.



4. RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente capítulo aponta caminhos para a implementação de uma política bem-sucedida de Ensino Médio Integral. A primeira seção identifica objetivos e resultados esperados do programa. A segunda seção fala sobre o desenho da política e traz a concepção ideal do Ensino Médio Integral. A terceira seção apresenta as recomendações, divididas entre aquelas direcionadas ao governo federal e as relativas aos governos estaduais.

4.1 Identificação dos objetivos e resultados esperados

Considerando o cenário apresentado, para seguir o processo de expansão do número de matrículas e escolas em tempo integral no Brasil é necessária a retomada da política federal de fomento ao tempo integral e que os estados também sigam expandindo a rede integral a partir de recursos próprios.

Expandir a carga horária, entretanto, não é o bastante. Deve-se partir da compreensão de que o adicional de horas torna-se mais efetivo quando planejado como uma forma de viabilizar um novo modelo de escola, com mudanças profundas na estrutura curricular e em outras inúmeras variáveis (como a gestão escolar, a dedicação exclusiva de professores à escola e o tempo para formação docente e trabalho colaborativo). Essa estratégia mostra-se acertada, em particular para estudantes de baixo nível

socioeconômico. Esse deve ser visto como um modelo capaz de contemplar, com êxito, as mudanças previstas em lei para o Ensino Médio e sua expansão pode viabilizar o salto de qualidade tão fundamental e urgente que a etapa precisa.

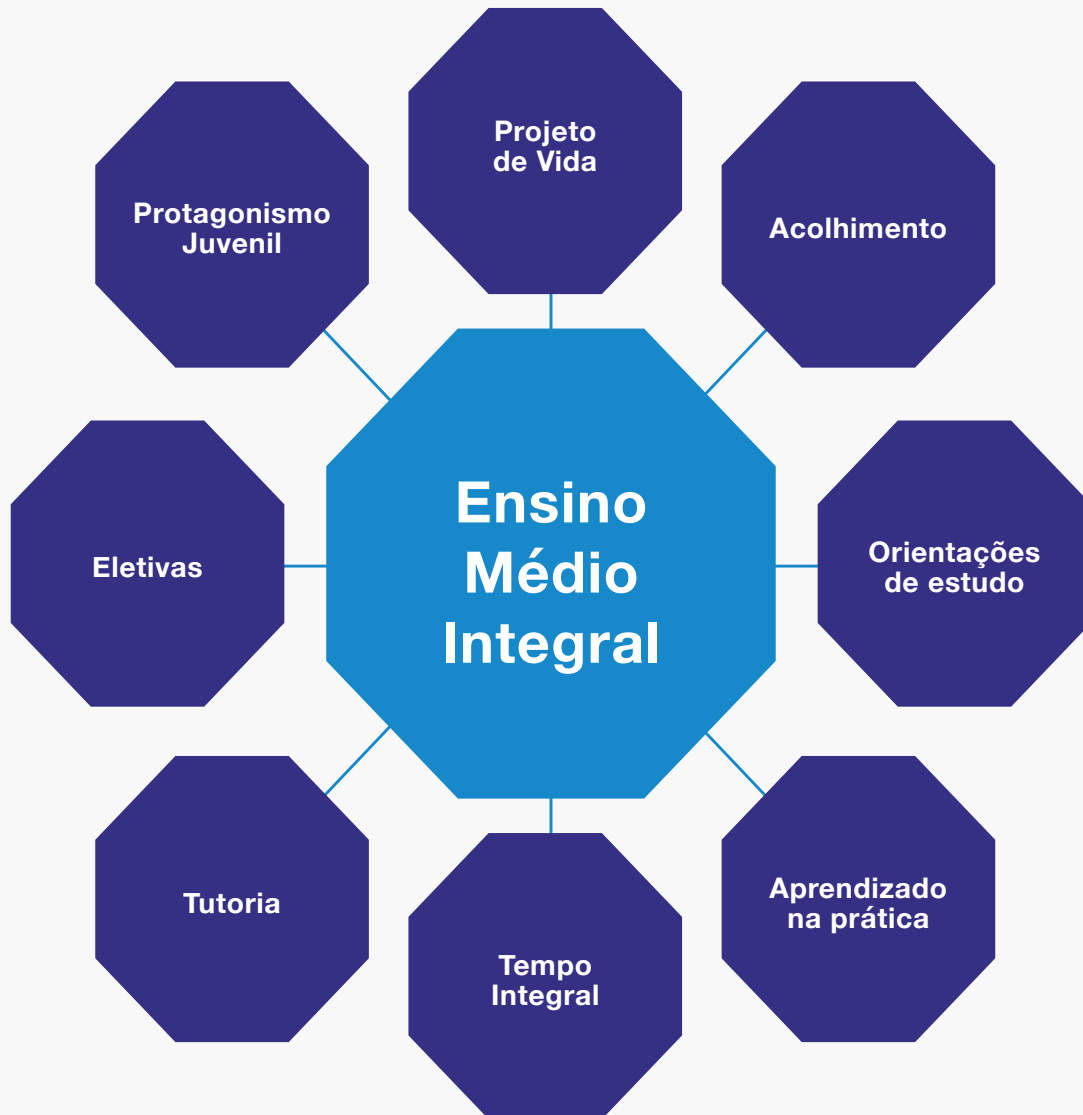
4.2 Qual a concepção ideal do EMI?

O Ensino Médio Integral vai muito além de apenas ampliar a carga horária e envolve uma mudança na proposta pedagógica da escola. O modelo é baseado na ampliação da jornada escolar e na formação integral e integrada do estudante, tendo como fundamento o currículo e abrangendo as dimensões emocional e cognitiva dos estudantes, bem como a cidadania. A transformação inclui o acolhimento de estudantes e famílias, o oferecimento de tutoria, o trabalho com os projetos de vida dos jovens, a promoção do protagonismo juvenil e o uso de práticas experimentais e estudo orientado.

O sucesso das escolas de EMI envolve o uso de elementos pedagógicos focados na Educação Integral, desde as avaliações diagnósticas para o nivelamento escolar até as disciplinas eletivas que conversem com as necessidades dos jovens e o contexto local. O EMI também pressupõe a formação específica da equipe escolar sobre conceitos da escola integral para a correta execução do modelo. A figura a seguir apresenta os oito pilares do EMI⁶².

⁶² Os oito pilares do Ensino Médio Integral foram baseados no modelo da Escola da Escolha desenvolvido pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Figura 5 - Os oito pilares do EMI



Fonte: Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/porque-ensino-medio-em-tempo-integral/pt>. Acesso em: 29 out. 2022.



Os oito pilares do EMI são:

- ✔ **Projeto de vida:** uso de estratégias e metodologias para auxiliar o jovem a entender quem ele é e o que busca, visando à elaboração de um plano para seguir seus sonhos e atingir seus objetivos.
- ✔ **Acolhimento:** prática pedagógica que tem por objetivo integrar e aproximar os estudantes uns dos outros e da equipe da escola. É também no acolhimento inicial que os estudantes começam a revelar seus sonhos e projetos.
- ✔ **Orientações de estudo:** práticas que visam o desenvolvimento dos estudantes na capacidade e no hábito do planejamento, no autodidatismo e numa atitude colaborativa.
- ✔ **Aprendizado na prática:** aulas práticas e projetos realizados com o apoio de laboratórios promovem um aprendizado que integra teoria e prática e motivam o estudante.
- ✔ **Tempo Integral:** o maior tempo disponível aproxima os estudantes da escola e permite que realizem atividades voltadas a seu desenvolvimento integral.
- ✔ **Tutoria:** método de acompanhamento pedagógico sistemático entre um educador e os estudantes de forma que possa acompanhá-los em seu desenvolvimento e avaliá-los de forma continuada.
- ✔ **Disciplinas eletivas:** o estudante seleciona disciplinas eletivas em um leque de opções disponíveis, tendo maior autonomia em sua formação e a possibilidade de melhor traçar de forma mais consciente seu projeto de vida.



- ✔ **Protagonismo juvenil:** presente em diversas dimensões da Educação, e realizado também por meio de clubes juvenis que são organizados e geridos pelos próprios estudantes, é uma oportunidade para que os estudantes desenvolvam a autonomia, a liderança, a criatividade, a autogestão, a cocriação e a corresponsabilidade.

Além do envolvimento por maior tempo do estudante com a escola, o Ensino Médio Integral (EMI) pressupõe que o jovem seja protagonista de sua própria formação, se engaje, se aproprie e escreva sua história construindo seu futuro em busca de seu projeto de vida. O EMI também exige que o engajamento da escola seja diferente, ou seja, que manifeste um acolhimento do estudante e de sua família, que ofereça tutorias para auxiliar as dificuldades, orientações de estudo para guiar os projetos de vida e eletivas para que o estudante escolha o caminho de sua formação. Por fim, o aprendizado não pode ser apenas teórico, é preciso que a escola integre teoria e prática com aulas dinâmicas e de laboratórios.

A reorganização das atividades pedagógicas para o uso mais eficiente do tempo na escola também é um elemento importante. O tempo em sala de aula deve ser utilizado para tirar dúvidas, explicar assuntos novos e acompanhar tarefas, com menos tempo dedicado a organizar a turma e organizar os materiais de aula. O corpo docente deve ser adequado ao funcionamento da escola com a contratação de professores de dedicação exclusiva e profissionais alocados em tarefas específicas: coordenador administrativo, secretariado, diretor e coordenador pedagógico.

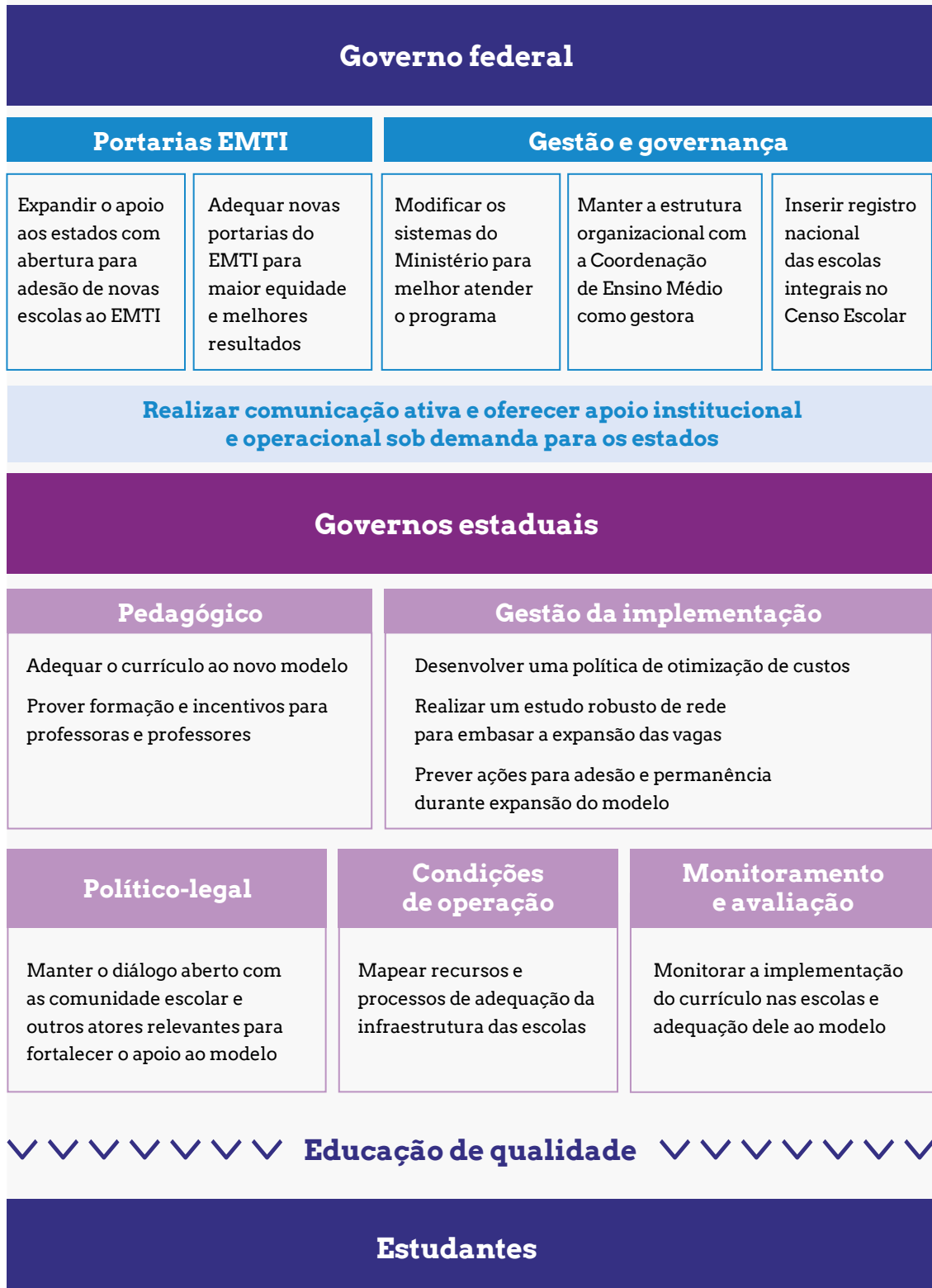


4.3 Recomendações

A implementação da política de Ensino Médio Integral é complexa e envolve várias dimensões. Da ampliação da carga horária das escolas à comunicação com a sociedade e a comunidade escolar, passando pela gestão dos recursos humanos e financeiros das redes educacionais e chegando à implementação de um modelo curricular robusto e flexível que forme adequadamente os jovens.

O quadro-resumo a seguir apresenta as principais recomendações do documento, organizadas a partir do topo com o governo federal como formulador de regras e diretrizes da política indutora do Ensino Médio Integral, seguindo para os estados, os implementadores do EMI, e chegando até o objetivo final, a oferta de Educação de qualidade aos estudantes.

Figura 6 – Quadro-resumo das recomendações



Fonte: Elaboração própria.



RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO FEDERAL



Portarias EMTI

Expandir o apoio aos estados com abertura para adesão de novas escolas ao EMTI

Propõe-se a retomada e expansão da política já existente de fomento às escolas de Ensino Médio Integral com melhorias na legislação e na focalização para escolas e alunos de maior vulnerabilidade (como estudantes de escolas de menor NSE ou inscritos no Cadastro Único). Mais do que a simples expansão do número de escolas e vagas no programa, é importante que o Ministério da Educação atue como um promotor e coordenador da política, apoiando os estados em que a implementação esteja mais atrasada e trabalhando para reduzir a desigualdade entre os estados. O MEC também deve servir como ponto de contato para que as boas práticas dos estados onde o modelo esteja mais avançado sejam adotadas por aqueles que apresentem mais dificuldades. Nesse sentido, o estabelecimento de um canal direto com os responsáveis pelo programa em cada estado, bem como a promoção de ações formativas às equipes dos estados são relevantes. É importante também apoiar a ampliação das matrículas nas escolas já existentes, evitando a ociosidade e o desperdício de recursos.

Promover e adequar novas portarias do EMTI para maior equidade e melhores resultados

Com base na estruturação atual do programa e tendo em vista as melhores práticas para o atingimento dos objetivos, recomendam-se novas portarias de fomento para adesão aos estados e que contenha os seguintes ajustes:

- ✔ **Infraestrutura:** Sugere-se discutir as exigências de infraestrutura mínima com a flexibilização dos requisitos e aumento do prazo para adequação para escolas de NSE 1 a 3, de forma a não impossibilitar a participação de escolas de menor índice socioeconômico e garantir a equidade do programa.
- ✔ **Equipe de implementação:** Sugerimos ainda que a equipe de implementação tenha características alinhadas às atribuições ou ao perfil recomendados no anexo das portarias. Além disso, sugere-se também que o especialista em infraestrutura seja alguém com experiência prévia em compras e contratações públicas.

Gestão e Governança

Modificar os sistemas do Ministério para melhor atender o programa

Para o correto funcionamento do programa do EMTI, a comunicação com os estados e o cumprimento dos requisitos do programa, é necessário que os sistemas envolvidos funcionem corretamente. O Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC), gerido pelo MEC, é utilizado para a troca de informações entre o Ministério e as Secretarias Estaduais de Educação e é o registro oficial de dados e documentos do programa. O Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), por sua vez, é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é utilizado para prestação de contas do programa pelos estados. Recomenda-se que as modificações e atualizações necessárias no SIMEC e no SIGPC estejam todas concluídas e em funcionamento o mais cedo possível para permitir o bom andamento do Programa. (Para mais detalhes sobre este tópico, ver tabela 11 no Anexo).



Manter a estrutura organizacional com a Coordenação de Ensino Médio como gestora

Atualmente, o Programa de Fomento ao EMTI encontra-se sob responsabilidade da Coordenação de Ensino Médio (COEM) da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPD) da Secretaria de Educação Básica (SEB)⁶³. A recomendação é para que o programa seja mantido na COEM e que atue de forma próxima às equipes de EMTI das Secretarias Estaduais. Importante ressaltar a participação do FNDE que efetivamente executa a transferência dos recursos do programa para os estados e recebe e avalia a prestação de contas dos recursos utilizados.^{64;65}

Inserir registro nacional das escolas integrais no Censo Escolar

Para que seja bem-sucedida, a política deve ser monitorada e avaliada de forma constante para identificar o cumprimento de objetivos, os resultados alcançados e também para corrigir desvios e realizar melhorias ao longo do caminho. É importante que exista um registro nacional das escolas em tempo integral, inclusive, mas não apenas das participantes das portarias do EMTI. O Inep deveria incluir no Censo Escolar a identificação do modelo pedagógico das escolas e a carga horária ofertada, para que fosse possível ao MEC comparar os perfis das escolas parciais e integrais e divulgar os resultados do modelo estendido de maneira já consolidada.

⁶³ BRASIL. Ministério da Educação. Quem é quem. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/secretaria-de-educacao-basica-seb>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁶⁴ FNDE. Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-suplementares/ps-ensino-medio/ps-emi>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁶⁵ A atuação do Fundo no Programa é regulamentada pelas Resoluções nº 7, de 2016 e nº 17, de 2020.



Comunicação e apoio

Realizar comunicação ativa e oferecer apoio institucional e operacional sob demanda para os estados

Como qualquer política educativa abrangente no Brasil, o EMI só se realiza a partir da colaboração entre os diferentes níveis federativos, o público relevante e a sociedade em geral. Para que a política funcione corretamente, é necessário que os atores estejam em constante diálogo trocando informações e fornecendo apoio mútuo em benefício da formação dos jovens.

Em primeiro lugar, é necessário o diálogo aberto com a sociedade. O Ministério tem uma capacidade nacional de comunicação e alcance que os estados não possuem. Sendo assim, é importante que o MEC divulgue ativamente o modelo pedagógico de Educação Integral e explique seus benefícios para a sociedade. Campanhas nacionais em veículos de grande alcance e a divulgação de informações sobre o programa são importantes para o engajamento e a expansão do modelo nos estados.

Além disso, o MEC também precisa dialogar com os estados que são os executores do Ensino Médio Integral. Esse diálogo precisa ser estruturado e constante, com a intermediação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) para que os estados informem o MEC do avanço da implementação, reportem suas dificuldades e compartilhem boas práticas. O MEC também deve escutar os estados e aprender com suas experiências e boas práticas para reorganizar a política de forma a torná-la mais eficiente, como, por exemplo, nas alterações normativas sugeridas anteriormente, bem como por meio do compartilhamento de boas práticas entre estados.



Por fim, além do diálogo, o apoio direto aos estados é fundamental. A política federal de fomento é importante e está garantida por lei para as escolas que já aderiram por 10 anos. O programa federal não pode, entretanto, se limitar a fornecer recursos financeiros. Também é necessário apoio técnico para que os estados consigam implementar adequadamente o ensino integral e atingir bons resultados.

Recomenda-se que o Ministério esteja estruturado para oferecer apoio constante aos estados, tanto de forma contínua, institucionalizada, quanto sob demanda, de acordo com as necessidades e dificuldades que as equipes estaduais apresentarem ao longo da evolução do programa. A tabela a seguir detalha as atividades a serem desenvolvidas em cada uma das etapas do programa.



Tabela 5 - Formas de apoio do MEC aos estados

Fases do Programa	Apoio Institucional MEC	Apoio Operacional Sob Demanda
Acompanhamento da adesão	<p>Envio de lista para os Estados com escolas sugeridas.</p> <p>Suporte técnico aos Estados sobre regras das portarias.</p> <p>Gestão da qualidade da implementação.</p> <p>Força tarefa para aumento de matrículas nas escolas já autorizadas (reduzir a ociosidade).</p> <p>Esforço para transformar as escolas que têm turmas mistas (integral e parcial coexistindo no mesmo turno) em escolas integrais.</p>	<p>Esclarecimentos e visitas pontuais.</p> <p>Visitas a uma amostra de escolas para auxílio técnico.</p> <p>Formação de Equipes de Implantação dos Estados</p>
Gestão do programa com secretarias e escolas	<p>Nomeação de pelo menos quatro articuladores que estejam em contato direto com as Secretarias de um grupo de 6-7 estados.</p> <p>Acompanhamento de indicadores à distância.</p> <p>Estado decide e implementa com autonomia.</p>	<p>Canal de comunicação entre secretarias e o MEC.</p> <p>Compartilhamento de melhores práticas</p>
Pedagógico / formações	<p>Sugestão de formações remotas.</p> <p>Sugestão de material para formação via EAD + Enap ou envio de material digital.</p>	<p>Compartilhamento de melhores práticas.</p> <p>Suporte técnico aos estados sobre as diretrizes pedagógicas instituídas em portaria.</p> <p>Diretrizes para seleção e formação de gestores.</p>
Custo / recursos	<p>Exemplos de atas nacionais de aquisição.</p> <p>Diretrizes para uso de recursos.</p> <p>Parceria com o FNDE.</p>	<p>Capacitação em Planejamento e Execução Orçamentária das equipes.</p> <p>Capacitação em boas práticas de licitação e especificação técnica para as equipes.</p>
Sistemas	<p>Estruturação Simec.</p> <p>Estruturação SIGPC.</p> <p>Criação de módulo para relatórios.</p>	<p>Capacitação para uso de sistemas.</p>



RECOMENDAÇÕES AOS GOVERNOS ESTADUAIS



Pedagógico

Adequar o currículo ao modelo de Ensino Integral e ao Novo Ensino Médio

Tão importante quanto a expansão do tempo na escola e a flexibilidade do currículo é a qualidade dele. É fundamental que os estados tenham opções estruturadas para a carga horária adicional e orientem as escolas na forma de implementação, com alternativas integradas e interessantes aos estudantes que efetivamente lhes forneçam competências úteis para a vida acadêmica ou profissional, especialmente considerando oportunidades relacionadas ao Novo Ensino Médio e o Ensino Técnico Profissional. Nesse sentido, é relevante a reformulação das matrizes curriculares das escolas e a formação de gestores e professores voltada para o novo modelo pedagógico.

Prover formação e incentivos para as professoras e os professores

Em pesquisa realizada em 2019, com mais de 800 professores de 129 escolas integrais e regulares da rede de Pernambuco, foi observado um alto nível de satisfação com as escolas integrais, com 86% dos professores considerando-as muito boas ou boas. Entre os fatores levantados como positivos, o modelo pedagógico foi o mais destacado, citado por 58,5% dos entrevistados. O principal fator levantado como negativo, por outro lado, foi a infraestrutura, citada por 41,9% dos professores.⁶⁶

Com o modelo de Educação Integral, há uma carga horária maior na mesma escola e, portanto, a preferência por professores de dedicação exclusiva de 40h semanais, garantindo, assim, um maior

⁶⁶ Percepções e satisfação dos professores em Pernambuco. Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/pesquisa-em-educacao-percepcoes-e-satisfacaodos-professores-em-pernambuco.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.



vínculo com as escolas. Além disso, espera-se que a Secretaria ofereça oportunidades formativas para que os docentes conheçam o modelo e consigam executar com autonomia essas atividades diferentes que o ensino integral exige, como a oferta de eletivas e itinerários formativos e o apoio aos projetos de vida. É necessário que o estado estime corretamente a capacidade de oferta de professores e faça o replanejamento necessário com as regionais de ensino para garantir um número adequado de professores para as escolas integrais sem prejudicar as escolas de tempo parcial.

Gestão da Implantação

Desenvolver uma política de otimização de custos

Em que pese os resultados positivos alcançados, o Ensino Médio Integral também apresenta custos que precisam ser levados em conta para a correta implementação da política. O maior tempo dos estudantes na escola e dos professores dedicados ao ensino faz com que os custos sejam maiores em relação ao ensino em tempo parcial, especialmente em razão de custos relacionados à infraestrutura, à alimentação e aos professores. É necessário que a gestão da política seja bem realizada para que os custos sejam corretamente estimados e possam ser obtidos ganhos de eficiência importantes para a manutenção do EMI.

Apesar dos custos ampliados com a extensão da carga horária, existem evidências de que o investimento nas escolas de tempo integral é compensatório em termos do resultado alcançado. Análises do Instituto Sonho Grande⁶⁷ atestam a viabilidade financeira da expansão do Ensino Médio Integral, especialmente diante do custo-benefício do modelo. A partir de custos do modelo integral em seis estados brasileiros entre 2016 e 2020, estima-se

⁶⁷ Custo-benefício do Ensino Médio Integral, de 22 de abril de 2022.

que o custo por aluno do Ensino Médio Integral aproxima-se do dobro do custo do modelo parcial. Ao considerarmos os custos decorrentes dos elevados índices de abandono e reprovação – menores no Ensino Médio Integral, como citado anteriormente –, a diferença de custo entre os modelos integral e regular cairia para 63%. Isso acontece pois, ainda que o custo por aluno seja maior, mais alunos conseguem se formar, fazendo com que o custo por aluno formado⁶⁸ aproxime-se do das escolas de tempo parcial.

Além disso, é importante considerar que o modelo é também apoiado pelo Fundeb. A Lei do Novo Fundeb, em seu art. 43, § 1º, previu, para o exercício financeiro de 2021, o fator de ponderação 1,30, o máximo, para a distribuição de recursos para as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral⁶⁹.

Após avaliação da situação fiscal dos estados para ampliar as vagas nas escolas integrais, visando melhorar a capacidade dos estados de arcarem com os investimentos necessários no período inicial e o maior custo a longo prazo, é relevante desenvolver uma política de otimização de custos na Secretaria Estadual gerando economias para o programa.

Os custos adicionais nas escolas integrais se devem basicamente a quatro fatores: 1) reordenamento dos estudantes e professores, respeitando a demanda do integral e a capacidade instalada da rede; 2) adequação da infraestrutura da escola, incluindo a criação de espaços de aprendizagem para além das salas de aula; 3) remuneração de professores; e 4) fornecimento de

⁶⁸ A diferença de custo por aluno entre as escolas integrais e de tempo parcial cai de 99% para 63% quando considerados os custos por aluno formado. Para os cálculos, foram utilizados indicadores de tempo médio de permanência do aluno formado e não formado na escola. Enquanto no tempo parcial o custo por aluno formado é 57% maior que o custo por aluno, no tempo integral essa relação é de 27%.

⁶⁹ Manual de Orientação Novo Fundeb 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.



alimentação escolar. Apesar dos custos ampliados, existem formas de racionalizar o uso dos recursos e obter ganhos de eficiência na gestão das escolas de tempo integral. Algumas das formas indicadas são:

- ✔ Fortalecer escolas integrais existentes com redução de ociosidade e escolas mistas (integral e parcial coexistindo no mesmo turno);
- ✔ Operar com escolas maiores, obtendo ganhos de escala;
- ✔ Eliminar ineficiências na alocação de professores, como desvio de função e absenteísmo;
- ✔ Planejar antecipadamente a demanda por vagas e incentivos para matrícula e permanência do estudante no tempo integral.

Uma vez que há muitas escolas integrais com uma parte das vagas ainda não ocupadas, uma boa medida para reduzir custos e aumentar a eficiência do sistema é a redução dessa ociosidade, com a expansão do modelo pela ocupação das vagas disponíveis antes da adesão de novas escolas. É interessante que a Secretaria realize o planejamento e reforço de campanhas de comunicação para atração de estudantes visando garantir a operação de escolas EMI em capacidade máxima.

Além disso, operar com escolas maiores, por sua vez, pode gerar ganhos de escala tanto no uso da infraestrutura como salas e laboratórios como na alocação de professores. Escolas com seis turmas, por exemplo, têm custos por aluno aproximadamente 50% maiores que escolas com 18 turmas⁷⁰. Além disso, é importante alocar professores que estejam em outras funções de volta na sala de aula e reduzir o absenteísmo para reduzir os custos com contratações adicionais e professores temporários.

⁷⁰ Instituto Sonho Grande. Custo-benefício do Ensino Médio Integral. 29 de abril de 2022.



Existem também ineficiências na alocação de professores como níveis altos de absenteísmo e desvio de função pedagógica que podem gerar economias e diminuir a necessidade de seleção de novos docentes. Por fim, um bom planejamento antecipado da demanda favorece a concentração de esforços e a melhoria da permanência.

Realizar um estudo robusto de rede para embasar a expansão das vagas

A expansão do EMI altera as opções disponíveis para as famílias e faz com que movimentos complexos de estudantes ocorram entre as escolas de tempo parcial e de tempo integral. É importante a realização de um estudo de rede robusto que cuide para que todos os estudantes tenham vagas garantidas. O estudo servirá de base para um plano de expansão e para informar o indispensável diálogo com os municípios e a comunidade escolar.

Prever ações para adesão e permanência para expansão do modelo

Uma das dificuldades apresentadas pelo modelo é a adesão e a permanência dos estudantes nas escolas integrais. Como primeiro passo, para melhor entender o problema, indica-se a realização de um diagnóstico detalhado dos motivos de eventual baixa demanda.

Em seguida, para mitigar esse desafio, sugere-se que seja feita uma ampla comunicação com a sociedade e a comunidade escolar tratando das características e dos benefícios da Educação Integral, especialmente no período de matrículas. Vale considerar os resultados da Pesquisa de Opinião com Estudantes do Ensino Médio realizada pelo Todos Pela Educação, na qual 66% dos respondentes disseram não estar bem informados sobre o EMI.

Além disso, citam como características preferidas do modelo: 1) a existência de aulas de projeto de vida e orientação de estudos (28%); 2) a possibilidade de escolher um professor tutor (21%); e 3) as aulas práticas de Química, Física, Biologia e Matemática (18%). De maneira geral, mais de 80% dos jovens enxergam como alta a probabilidade de estudar em escolas com características iguais às de tempo integral.⁷¹

Além da adesão dos estudantes, a comunicação e o acompanhamento próximos da escola também são importantes para garantir a permanência. Em intervenção-piloto realizada com Escolas de Tempo Integral em Goiás durante a pandemia, o Instituto Sonho Grande e a Movva, empresa brasileira especializada em aumentar o engajamento dos estudantes, enviaram incentivos, via mensagens de texto (SMS), para os jovens visando aumentar o engajamento e diminuir o impacto da Covid-19 no fluxo escolar. A intervenção funcionou e foram observadas taxas de abandono até 77,3% menores para os estudantes cujas famílias receberam mensagens em comparação com aqueles que não receberam⁷².

Por fim, mas não menos importante, é interessante que as Secretarias avaliem a viabilidade de outras ações para promover a permanência com garantia de renda, como o fornecimento de bolsas de estudo ou a criação de poupanças para os estudantes. Um exemplo é o Programa Renda Melhor Jovem, implementado no estado do Rio de Janeiro em 2011. O programa oferece um benefício em dinheiro ao estudante, a cada aprovação no Ensino

⁷¹ Todos Pela Educação. Pesquisa de opinião com estudantes do Ensino Médio. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/br-pesquisa-de-opiniao-com-estudantes-do-ensino-medio-todos-ftv-in-isg.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

⁷² Abandono, evasão escolar e Covid-19, nov. 2022. Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-evasao-covid19.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.



Médio e foi avaliado pelo pesquisador Vitor Pereira em sua tese de doutorado⁷³. O pesquisador encontrou evidência de impactos de redução do abandono. Para cada ponto percentual de aumento na proporção de alunos elegíveis, a média de abandono escolar caiu 5,6 pontos percentuais, de uma média inicial de controle de 15%. O melhor modelo de bolsa entre os diversos existentes⁷⁴, entretanto, ainda precisa ser estudado.

Político-legal

Manter o diálogo aberto com a comunidade escolar e outros atores relevantes para fortalecer o apoio ao modelo

Se o MEC tem maior capacidade de atingir o público em geral e fazer campanhas nacionais, só os estados podem realizar uma comunicação efetiva com a comunidade escolar, informando professores, gestores escolares, famílias e estudantes sobre as características e vantagens do modelo de Educação Integral. Os estados devem usar a capilaridade das redes para que a informação sobre o modelo chegue ao lugar que mais importa, a escola.

Nesse sentido, conforme visto anteriormente, a comunicação promovida pelos estados deve ter como objetivo tanto atrair novos estudantes ao modelo integral, como incentivar a permanência deles nas escolas integrais.

⁷³ PEREIRA, V. A. From early childhood to high school: Three essays on the economics of education. Tese (Programa de Pós-graduação em Economia). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Vitor_Azevedo_Pereira.pdf. Acesso em: 31 out. 2022.

⁷⁴ Outros modelos de bolsa existentes são os de Alagoas - Lei n° 8.551/2021 -, que institui o programa Bolsa Escola 10, visando à conclusão do EF e EM; Goiás - Lei n° 21.162/2021, que institui o Programa Bolsa Estudo, com foco na promoção de aprendizagem e permanência; São Paulo - Lei n° 13.372/2021, que cria o Programa Bolsa do Povo, que, dentre outros públicos, beneficia estudantes do EM; Santa Catarina - Lei n° 18.338/2022, que cria o Programa Bolsa-Estudante destinado especificamente para alunos do Ensino Médio, com valor anual de até R\$ 6.250,00.



Além disso, é importante também que as Secretarias mantenham uma comunicação próxima de outros atores relevantes no processo educativo, como Conselhos Estaduais de Educação, Ministério Público, sindicatos de professores e outros profissionais. Tendo clareza na aprendizagem de qualidade como objetivo e nas características do modelo integral como caminho, é possível alinhar as ações tendo como centro o estudante.

Condições de operação

Mapear recursos e processos de adequação da infraestrutura das escolas

Considerando a realidade brasileira, muitas escolas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, não atendem aos requisitos de infraestrutura necessários para o bom funcionamento.

Os estados devem mapear os processos de contratação e realização de obras para dar celeridade às melhorias e manutenção das escolas integrais, priorizando as de melhor índice socioeconômico. Para isso, é necessário que o estado:

- ④ mapeie as demandas de processos internos para obras e melhorias;
- ④ priorize as demandas das escolas em situação de maior vulnerabilidade;
- ④ estruture um fluxo de governança integrado entre a equipe de obras e infraestrutura da SEE e a especialista de infraestrutura do Ensino Médio Integral;
- ④ estabeleça um sistema de prestação de contas.

Monitoramento e Avaliação

Monitorar a implementação do currículo nas escolas e a adequação dele ao modelo

Os estados devem monitorar o desenvolvimento do currículo em sua integralidade e os itinerários que os estudantes definiram cursar e coordenar essa oferta, tanto para orientar as escolas sobre as melhores formas de organização curricular, como para entender o que funciona e o que não funciona. Os estados devem registrar as opções disponíveis e ter um mapeamento das adotadas em cada escola e o ano letivo.

Além das recomendações gerais apresentadas anteriormente, o presente documento traz, na Tabela 6 a seguir, uma série de recomendações operacionais específicas para os estados.

Tabela 6 - Recomendações operacionais específicas para os estados

Bloco	Sub-bloco	Recomendação
Pedagógico	Concepção pedagógica	Fortalecer a proposta e a matriz curricular do EMI e o protagonismo dos estudantes e das formações continuadas na integração com a rede, as Novas Diretrizes para a etapa do Ensino Médio e a BNCC.
		Articular o EMI com outras áreas de formação da SEE.
	Processos formativos	Aprimorar as políticas de formação a partir das avaliações dos próprios participantes e garantir/monitorar a replicabilidade para as escolas.
		Consolidar o modelo formativo para todo o estado com foco específico na política de EMI.
		Envolver o Centro de Formação da Secretaria no planejamento, na execução e na avaliação das formações, comprometendo-o formalmente nas normas complementares a serem editadas.
Estruturar ou potencializar processos de formação e acompanhamento das escolas de EMI. Avaliar esses processos formativos na prática pedagógica das escolas.		



Bloco	Sub-bloco	Recomendação	
Gestão da Implantação	Descentralização do Programa	Aumentar o envolvimento das regionais de ensino no monitoramento dos resultados das escolas e, conseqüentemente, na formulação e no acompanhamento do plano de ação para as escolas de Ensino Integral.	
		Garantir modelo de gestão das escolas EMI, de forma articulada com modelo de gestão da rede.	
	Execução orçamentária	Avaliar a possibilidade de ampliar a aplicação de recursos do tesouro estadual para fortalecer a implementação e ampliação do EMI.	
		Buscar ampliação do financiamento federal para o EMI.	
	Organização da expansão	Desenvolver plano de comunicação para sensibilizar escolas e comunidades escolares sobre a importância do EMI.	
		Estruturar um plano de expansão do EMI, levando em conta as demandas e vulnerabilidades regionais e a capacidade de investimento do estado e a integração com o Novo Ensino Médio.	
		Organizar a fila de matrícula com um sistema transparente para que estudantes tenham a mesma chance de entrar nas escolas integrais.	
		Manter ou retomar o ritmo de expansão, garantindo a universalização e incluindo ações voltadas para a permanência dos estudantes nas escolas integrais.	
	Político-legal	Apoio político	Aproximar a política de EMI de parceiros estratégicos, em especial a comunidade escolar.
			Definição de grade horária de maneira transparente para a sociedade.
Marcos legais		Estruturar ou aprimorar o arcabouço legal de leis, normas e decretos que regulamentam a política de EMI de acordo com as especificidades do estado.	
		Aproveitar a consulta sobre a adequação legal do EMI ao Novo Ensino Médio para dialogar sobre os parâmetros de expansão da política no estado.	
		Revisar o PL que institui a política de EMI à luz da experiência acumulada e das necessidades de adequação ao Novo Ensino Médio, ampliando a discussão na rede estadual e atores relacionados para que a política seja legitimada e fortalecida.	



Bloco	Sub-bloco	Recomendação
Condições de Operação	Infraestrutura	Desenvolver um plano de reformas da infraestrutura escolar a partir de um processo de escuta das escolas de modo a adequá-las às necessidades do EMI.
		Planejamento para construção de prédios maiores e ampliação de prédios menores.
		Buscar recursos federais para aprimorar a infraestrutura das escolas.
Monitoramento e avaliação	Avaliação de desempenho	Ampliar o uso dos resultados das avaliações em larga escala, de âmbito federal (Saeb) ou estadual, para o planejamento de formação de docentes e para contratualização de resultados, inclusive no âmbito escolar.
		Concluir a implementação de um sistema de avaliação próprio do estado que leve em conta o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes.
		Empoderar e construir a capacidade da área de estudos e avaliação para obter autonomia para desenvolver uma avaliação local.
		Construir estratégias de redução das taxas de abandono e melhoria dos níveis de aprendizagem frente ao Ensino Médio Regular.
		Reestruturar o sistema de avaliação estadual para que ele contemple a periodicidade e as especificidades necessárias ao EMI.
	Monitoramento e gestão por resultados	Desenvolver um modelo de monitoramento e avaliação dos resultados do EMI com contratualização de resultados por parte das regionais de ensino, gestores e docentes.
		Publicizar as metas do programa e desenvolver mecanismos de contratualização de resultados envolvendo regionais de ensino e escolas.
		Investir na formação de gestores educacionais para o órgão central, as regionais de ensino e as escolas.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento, parte da iniciativa Educação Já 2022, abordou os principais desafios enfrentados pelo Ensino Médio e apresentou o Ensino Médio Integral como política importante para a superação deles e política indutora para implementação do Novo Ensino Médio. O EMI possui casos de sucesso nacionais e internacionais e tem se mostrado uma política eficaz para garantir uma Educação de qualidade. O modelo apresenta evidências não apenas de melhorar a aprendizagem, mas também de reduzir abandono e evasão, aumentar a empregabilidade e acesso ao Ensino Superior, melhorar o planejamento familiar, diminuir desigualdades de gênero e raça e até reduzir a violência.

Para que produza os efeitos desejados, entretanto, é importante que o EMI seja estruturado de forma correta com expansão da carga horária associada à oferta de uma nova proposta curricular. A proposta deve considerar os pilares do modelo: projeto de vida, acolhimento, orientações de estudo, aprendizado na prática, tempo Integral, tutoria, disciplinas eletivas e protagonismo juvenil. A implementação adequada do modelo é um desafio que deve envolver toda a estrutura educacional e a sociedade com diálogo entre gestores, escolas, comunidade escolar e a sociedade.

O Ministério da Educação, enquanto instituição promotora e apoiadora da política, deve manter e expandir o apoio técnico e financeiro oferecido pela Política de Fomento EMTI, além de realizar comunicação ativa e oferecer apoio institucional e operacional sob demanda. Os estados, por sua vez, necessitam estruturar adequadamente o modelo pedagógico, apoiar as professoras e os professores com formação e incentivos, estruturar as escolas com recursos físicos e humanos apropriados ao novo modelo e dialogar com o corpo docente, técnico e a



comunidade escolar. Para que isso ocorra de forma eficaz e sustentável é necessário que as Secretarias de Educação Estaduais entendam bem a rede, otimizem seus recursos e monitorem a implementação do currículo.

Se implementado de forma adequada, o Ensino Médio Integral pode fornecer Educação de qualidade para os jovens. Em consequência, proporcionar-lhes maior poder para que sigam seus projetos de vida e ingressem na vida adulta de forma plena, cidadã e produtiva. O EMI é uma política poderosa e importante que ajudará o país a garantir a Educação como direito de todas e de todos, desenvolvimento e superação de desigualdades.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. *et al.* *Do extended school day programs affect performance in college admission tests?* *Brazilian Review of Econometrics*, v. 40, n. 2, p. 232-266, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/view/81749/79351>. Acesso em: 30 out. 2022.

BIETENBECK, J. *et al.* *New evidence on the importance of instruction time for student achievement on international assessments.* Department of Economics, School of Economics and Management, Sweden: Lund University, 2020.

BUVINIC, M.; MORRISON, A.; SHIFTER, M. *Violence in Latin America and the Caribbean: a framework for action.* Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1999.

FUNDAÇÃO LEMANN; Imaginable Futures e Itaú Social. *Educação não presencial na perspectiva dos estudantes e suas famílias*, 2021. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Educacao-nao-presencial-na-perspectiva-dos-estudantes-e-suas-familias-Onda-6.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Projeto de vida: o papel da escola na vida dos jovens.* São Paulo, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7172659-Projeto-de-vida-o-papel-da-escola-na-vida-dos-jovens.html>. Acesso em: 4 mar. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). *Estimativas preliminares do Insuper e Instituto Ayrton Senna*, 2020.



INSTITUTO AYRTON SENNA. *Caminhos para a Educação Integral: saberes e fazeres docentes na constituição de um currículo integrado*. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/atua%C3%A7%C3%A3o/iniciativas/solu%C3%A7%C3%A3o-educacional-para-o-ensino-m%C3%A9dio/instituto-ayrton-senna-ebook-curriculo-ensino-medio.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

INSTITUTO NATURA. *A política de Educação em tempo integral no estado brasileiro de Pernambuco*. São Paulo. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2020/08/A-poli%C3%A9tica-de-Educac%C3%A3o-em-Tempo-Integral-no-Estado-brasileiro-de-Pernambuco..pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. *Mais integral, mais oportunidade*. Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. *Percepções e satisfação dos professores em Pernambuco*. Um estudo comparativo com mais de 800 profissionais que atuam em escolas integrais e regulares de Ensino Médio da rede estadual. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/pesquisa-em-educacao-percepcoes-e-satisfacaodos-professores-em-pernambuco.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. *Abandono, evasão escolar e Covid-19*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-evasao-covid19.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.



INSTITUTO SONHO GRANDE. *Ensino Médio Integral e impactos positivos do modelo para a retomada da aprendizagem.*

São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-audiencias-2021/arquivos-2021/AnaPaulaPereira.pdf/view>. Acesso em: 21 mar. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. *Percepção da violência no ambiente escolar: análise das escolas integrais e regulares.* São Paulo, 2021.

Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-violencia-escolar.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

INSTITUTO SONHO GRANDE. *Custo-benefício do Ensino Médio Integral.* 29 abr. 2022.

LAVY, V. *Do differences in schools' instruction time explain international achievement gaps? Evidence from developed and developing countries.* The Economic Journal, v. 125, n. 588, p. F397-F424, 2015.

MENEZES-FILHO, N.; SALOMÃO, L. *Um novo índice de qualidade da Educação Básica e seus efeitos sobre os homicídios, Educação e emprego dos jovens brasileiros.* São Paulo: Insper, nº 66, 2022.

Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2022/03/policy-paper-natura-final.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

PAES DE BARROS, R. *Consequências da violação do direito à Educação.* Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

PEREIRA, V. A. *From early childhood to high school: three essays on the economics of education.* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Vitor_Azevedo_Pereira.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

ROSA, L. *The unintended consequences of public school subsidies on educational markets*. In: The 24th Annual LACEA Meeting 2019. 2019.

ROSA, L.; BETTINGER, E.; CARNOY, M.; DANTAS, P. *The effects of public high school subsidies on student test scores: the case of a full-day high school in Pernambuco, Brazil*: *Economics of Education Review*, v. 87, p. 102201, 2022.

ROSA, L.; BRUCE, R.; SARELLAS, N. *Efeitos da escola de tempo integral em homicídios: o caso do programa de Ensino Médio Integral em Pernambuco*. Instituto Natura, 2022. Disponível em: https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2022/07/Estudo-Homici%C3%A7%C3%B5es-e-EMI_Policy-Paper.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o governo federal em 2019-2022*, 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/Grafica-07-02-2020.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já Ensino Médio: reestruturação da proposta de escola*. São Paulo, 2019. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/09/Educacao_ja_7.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação Já Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/08/educacao-ja-ensino-medio-em-tempo-integral-versao-jan2019.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Relatório anual de acompanhamento*



do Educação Já São Paulo, 2020. Disponível em:
https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/relatorio_educacao_ja.pdf. Acesso em:
30 out. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *2º Relatório anual de acompanhamento do Educação Já* São Paulo, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/2o-Relatorio-Anual-de-Acompanhamento-do-Educacao-Ja_final.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021*. São Paulo: TPE/Moderna. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Aprendizagem na Educação Básica: detalhamentos do contexto pré-pandemia*. São Paulo. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/09/relatorio-de-aprendizagem.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Pesquisa de opinião com estudantes do Ensino Médio*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/08/br-pesquisa-de-opiniao-com-estudantes-do-ensino-medio-todos-ftv-in-isg.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.



ANEXOS

Tabela 7 - Matrículas, escolas integrais e totais por Unidade da Federação

UF	Matrículas Integrais	Total de Matrículas	% de Matrículas Integrais	Escolas Integrais	Total de Escolas	% de Escolas Integrais
AC	4.250	37.468	11,30%	18	236	7,60%
AL	21.137	100.599	21,00%	69	230	30,00%
AM	20.026	197.056	10,20%	65	406	16,00%
AP	5.809	29.960	19,40%	35	122	28,70%
BA	31.091	564.023	5,50%	243	1.054	23,10%
CE	108.206	332.340	32,60%	299	671	44,60%
DF	5.585	86.874	6,40%	59	97	60,80%
ES	16.499	106.279	15,50%	92	284	32,40%
GO	23.153	218.673	10,60%	127	706	18,00%
MA	25.444	251.379	10,10%	101	784	12,90%
MG	54.489	587.675	9,30%	635	2.377	26,70%
MS	12.679	94.745	13,40%	129	324	39,80%
MT	6.047	137.087	4,40%	40	518	7,70%
PA	12.069	356.124	3,40%	54	614	8,80%
PB	67.920	121.627	55,80%	304	461	65,90%
PE	178.484	299.387	59,60%	457	791	57,80%
PI	21.306	111.412	19,10%	113	506	22,30%
PR	10.975	313.845	3,50%	143	1.566	9,10%
RJ	64.622	441.169	14,60%	517	1.121	46,10%
RN	13.858	105.466	13,10%	72	306	23,50%
RO	5.749	60.518	9,50%	24	198	12,10%
RR	892	23.933	3,70%	6	153	3,90%
RS	7.648	283.449	2,70%	65	1.116	5,80%
SC	21.723	219.876	9,90%	203	729	27,80%
SE	16.792	68.676	24,50%	64	181	35,40%
SP	253.757	1.351.849	18,80%	2.383	3.975	59,90%
TO	8.320	61.441	13,50%	48	298	16,10%
BRASIL	1.018.530	6.562.930	15,50%	6.365	19.824	32,10%

Fonte: Censo Escolar (Inep). Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.



Tabela 8 - Ideb 2017, 2019 e crescimento 2017-2019 das redes estaduais para as escolas integrais e regulares por Unidade da Federação

UF	Integral 2019	Regular 2019	Integral 2017	Regular 2017
AC	4,4	3,7	4,0	3,8
AL	4,0	3,6	3,6	3,2
AM	3,9	3,8	4,1	3,7
AP	3,8	3,4	-	3,2
BA	3,4	3,4	2,9	3,0
CE	4,5	4,0	5,5	3,6
DF		4,1	-	3,7
ES	5,1	4,6	4,9	4,2
GO	5,3	4,6	5,0	4,3
MA	4,4	3,7	3,9	3,5
MG	4,2	4,1	-	3,8
MS	4,8	4,2	4,3	3,8
MT	4,0	3,4	3,6	3,2
PA	3,7	3,2	3,4	2,8
PB	4,2	3,5	3,9	3,1
PE	4,8	4,0	4,4	3,8
PI	4,6	3,6	4,0	3,3
PR	4,2	4,4	-	3,7
RJ	4,4	3,7	4,1	3,5
RN	3,7	3,4	3,6	3,2
RO	4,9	4,2	4,3	3,9
RR	3,5	3,7		3,1
RS	6,6	4,3	5,4	3,7
SC	4,5	4,1	4,0	3,9
SE	3,8	3,5	3,9	3,3
SP	5,4	4,4	5,1	4,1
TO	4,6	3,9	3,9	3,7

Fonte: Instituto Sonho Grande. Para as estimativas foram consideradas apenas as escolas propedêuticas da rede estadual, localizadas em zonas urbanas. Não estão incluídas as escolas exclusivamente de Educação Profissional, de Educação para Jovens e Adultos e Ensino Médio Normal/ Magistério. Com relação as Escolas Integrais, foram considerados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional da unidade manter ao menos uma turma da última série do Ensino Médio (3ª ou 4ª série) com duração superior a 420 minutos diários, de acordo com o Censo Escolar 2021. Além disso, as estimativas contêm apenas as escolas com Ideb divulgado pelo Inep.



Tabela 9 - Ideb 2021* das redes estaduais para as escolas integrais e regulares por Unidade da Federação

UF	Rede estadual	Escolas Integrais	Escolas Regulares	Taxa de participação - escolas integrais	Taxa de participação - escolas regulares
AC	3,9	4,7	4,6	27%	13%
AL	3,5	4,1	3,7	58%	56%
AM	3,6	4,2	3,9	73%	43%
AP	3,1	4,2	3,9	–	–
BA	3,5	3,9	4,1	11%	7%
CE	4,4	4,6	4,3	99%	94%
DF	4,0	-	4,2	–	24%
ES	4,4	5,0	4,8	37%	24%
GO	4,5	4,9	4,5	83%	85%
MA	3,5	4,2	3,7	97%	60%
MG	4,0	4,3	4,4	31%	32%
MS	3,6	4,3	4,4	14%	4%
MT	3,7	4,7	4,2	6%	4%
PA	3,0	4,3	3,5	13%	13%
PB	3,9	4,4	4,1	21%	10%
PE	4,4	4,7	4,0	99%	83%
PI	4,0	4,8	3,9	59%	25%
PR	4,6	4,4	4,7	73%	76%
RJ	3,9	4,2	4,0	44%	25%
RN	2,8	4,7	3,2	3%	4%
RO	3,9	5,0	4,2	42%	26%
RR	3,7	-	6,4	–	2%
RS	4,1	6,3	4,7	17%	14%
SC	3,6	4,6	4,2	15%	9%
SE	3,9	4,3	3,9	55%	28%
SP	4,4	4,9	4,5	46%	35%
TO	4,1	4,6	4,2	32%	24%

Fonte: Instituto Sonho Grande. Para as estimativas foram consideradas apenas as escolas propedêuticas da rede estadual, localizadas em zonas urbanas. Não estão incluídas as escolas exclusivamente de Educação Profissional, de Educação para Jovens e Adultos e Ensino Médio Normal/ Magistério. Com relação as Escolas Integrais, foram considerados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional da unidade manter ao menos uma turma da última série do Ensino Médio (3ª ou 4ª série) com duração superior a 420 minutos diários, de acordo com o Censo Escolar 2021. Além disso, as estimativas contêm apenas as escolas com Ideb divulgado pelo Inep.

* Observar as taxas de participação das escolas da Tabela 9. A interpretação dos dados do Ideb 2021 e o uso deles para comparação de evolução histórica e entre os estados exige cautela. As avaliações do Saeb de 2021 foram aplicadas entre novembro e dezembro daquele ano em meio à pandemia. Por esse motivo, houve queda significativa no percentual de alunos avaliados e isso não ocorreu de forma homogênea entre os estados. Além disso, os estados trataram de formas distintas a aprovação, o que pode alterar significativamente as taxas utilizadas como indicador de rendimento e, conseqüentemente, os índices de qualidade. Mais informações, acesse o texto **Nota do Todos Pela Educação sobre a divulgação dos resultados do Saeb e do Ideb de 2021**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/09/nota-tecnica-divulgacao-saeb-e-ideb-2021-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.



Tabela 10 - Ideb 2021, nota padronizada e indicador de rendimento para o Brasil e as regiões

Região	Tipo de Ensino	IDEB (2021)	Nota Padronizada (2021)	Indicador de Rendimento (2021)
Norte	Ensino Integral	4,3	4,5	97%
	Ensino Regular	3,9	4,3	92%
Nordeste	Ensino Integral	4,6	4,7	97%
	Ensino Regular	4,0	4,2	95%
Sul	Ensino Integral	4,9	5,0	98%
	Ensino Regular	4,4	4,7	95%
Sudeste	Ensino Integral	4,6	4,9	95%
	Ensino Regular	4,6	4,8	96%
Centro-Oeste	Ensino Integral	4,9	5,0	98%
	Ensino Regular	4,5	4,7	96%
Brasil	Ensino Integral	4,7	4,80	97%
	Ensino Regular	4,3	4,53	95%

Fonte: Instituto Sonho Grande. Para as estimativas foram consideradas apenas as escolas propedêuticas da rede estadual, localizadas em zonas urbanas. Não estão incluídas as escolas exclusivamente de Educação Profissional, de Educação para Jovens e Adultos e Ensino Médio Normal/ Magistério. Com relação as Escolas Integrais, foram considerados os mesmos critérios de seleção, mas com o requisito adicional da unidade manter ao menos uma turma da última série do Ensino Médio (3ª ou 4ª série) com duração superior a 420 minutos diários, de acordo com o Censo Escolar 2021. Além disso, as estimativas contêm apenas as escolas com Ideb divulgado pelo Inep.

* Observar as taxas de participação das escolas da Tabela 9. A interpretação dos dados do Ideb 2021 e o uso deles para comparação de evolução histórica e entre os estados exige cautela. As avaliações do Saeb de 2021 foram aplicadas entre novembro e dezembro daquele ano em meio à pandemia. Por esse motivo, houve queda significativa no percentual de alunos avaliados e isso não ocorreu de forma homogênea entre os estados. Além disso, os estados trataram de formas distintas a aprovação, o que pode alterar significativamente as taxas utilizadas como indicador de rendimento e, consequentemente, os índices de qualidade. Mais informações, acesse o texto **Nota do Todos Pela Educação sobre a divulgação dos resultados do Saeb e do Ideb de 2021**. Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/09/nota-tecnica-divulgacao-saeb-e-ideb-2021-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.



Tabela 11 - Modificações necessárias no SIGPC e no SIMEC

SIGPC		Simec			
Prestação de Contas Módulo de Recebimento	Prestação de Contas Análise de Parecer Técnico e Financeiro	Módulo Financeiro BI Financeiro	Módulo Pedagógico	Módulo de Marcos de Implementação	Módulo de Merenda
Desenvolvimento do módulo de recebimento	Desenvolvimento do módulo de análise e parecer técnico – SEB	Projeções e valores do planejamento de repasse por UF	Aderência ao módulo pedagógico – BNCC	Gestão e controle dos planos de implementação	Gestão dos recursos do Pnae por UF
Cadastro e Parametrização dos dados das SEE	Desenvolvimento do módulo de análise e parecer financeiro - FNDE	Valores dos repasses de custeio e capital por UF	Aderência ao módulo pedagógico – parte diversificada	Marcos legais (Lei EMTI)	Gestão dos recursos de complementação de merenda de cada UF
Habilitação para prestação de contas das SEE		Gestão e controle da realização do orçamento por UF	Aderência ao módulo pedagógico – atividades complementares	Aderência aos ambientes da Portaria nº 727	Controle dos equipamentos de cozinha
Análise e parecer CACS por UF		Gestão e controle de matrícula por UF	Gestão e controle de formações	Gestão e controle das obras e reformas	Controle dos equipamentos do refeitório
		BI Financeiro	Gestão e controle vacância de professores e equipe escolar	Gestão e controle da equipe de implantação	BI - Merenda
			BI - Pedagógico	Gestão e controle das taxas de abandono e reprovação	
				BI - Marcos	

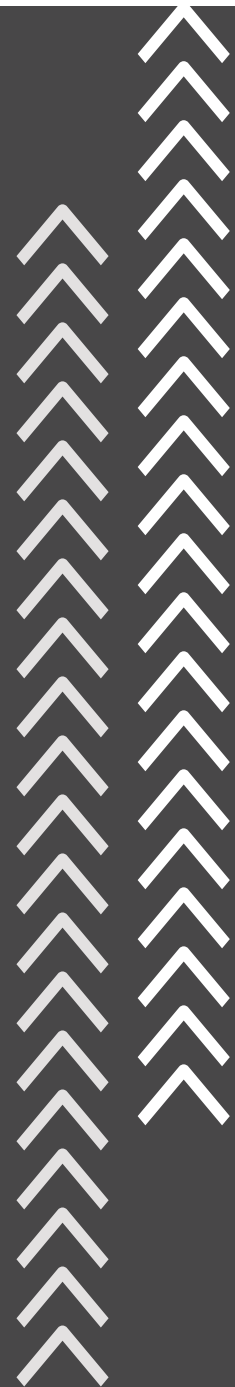
Fonte: Instituto Sonho Grande. Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.

*A interpretação dos dados do Ideb 2021 e o uso deles para comparação de evolução histórica e entre os estados exige cautela. As avaliações do Saeb de 2021 foram aplicadas entre novembro e dezembro daquele ano em meio à pandemia. Por esse motivo, houve queda significativa no percentual de alunos avaliados e isso não ocorreu de forma homogênea entre os estados. Além disso, os estados trataram de formas distintas a aprovação, o que pode alterar significativamente as taxas utilizadas como indicador de rendimento e, conseqüentemente, os índices de qualidade. Mais informações, acesse o texto

Nota de Todos Pela Educação sobre a divulgação dos resultados do Saeb e do Ideb de 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/09/nota-tecnica-divulgacao-saeb-e-ideb-2021-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



 TODOSPELAEDUCACAO.ORG.BR

 /TODOSEDUCAO

 @TODOSEDUCAO

 @TODOSPELAEDUCACAO

 /USER.TODOSPELAEDUCACAO

 /COMPANY/ TODOSPELAEDUCACAO

 TODOS PELA EDUCAÇÃO